



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE - OSÓRIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

CIBELE MACHADO MAIER

EDUCAÇÃO MUSICAL E FOLCLORE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Dissertação de Mestrado

OSÓRIO
2022

CIBELE MACHADO MAIER

**EDUCAÇÃO MUSICAL E FOLCLORE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação – Linha 2 – Artes em Contextos Educacionais, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Rolim Wolffenbüttel.

OSÓRIO

2022

Catálogo de Publicação na Fonte

M217e Maier, Cibele Machado.

Educação musical e folclore: uma análise a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos. / Cibele Machado Maier. – Osório, 2022.
109 f.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Educação, Unidade em Litoral Norte - Osório, 2022.

1. Educação Infantil. 2. Educação Musical. 3. Folclore. 4. Projeto Político Pedagógico. I. Wolffenbüttel, Cristina Rolim. II. Título.

CIBELE MACHADO MAIER

**EDUCAÇÃO MUSICAL E FOLCLORE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROJETOS
POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Rolim Wolffenbüttel.

Aprovada em: ____/____/2022.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Rolim Wolffenbüttel
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Dr.^a Veronice Camargo da Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Dr.^a Cássia Virgínia Coelho de Souza
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

OSÓRIO

2022

*“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua produção
ou a sua construção.
Quem ensina aprende ao ensinar
e quem aprende
ensina ao aprender.”
(FREIRE, 2003, p. 47)*

RESUMO

Esta pesquisa trata das temáticas Educação Musical e Folclore. Sua origem tem como base o seguinte questionamento: Como a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos na Educação Infantil? Portanto, o objetivo foi investigar se a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas de Educação Infantil de Osório-RS e como estão inseridos. A metodologia desta investigação foi estruturada na abordagem qualitativa, na pesquisa documental como método e na coleta de documentos como técnica para a coleta dos dados. A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo. Os documentos coletados foram os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas de Educação Infantil de Osório-RS. Como resultados observou-se que tanto o Folclore quanto a Educação Musical são trazidos dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos dentro do campo de abrangência de ambas as temáticas. Esta investigação originou a elaboração de alguns produtos. Um deles foi um *E-book* com diversas canções e brincadeiras. Ao final desta pesquisa, conclui-se que a Educação Musical e o Folclore são temáticas muito relevantes de serem trabalhadas na Educação, principalmente na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Musical. Folclore. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This research deals with the themes Music Education and Folklore. Its origin is based on the following question: How are Music Education and Folklore inserted in Pedagogical Political Projects in Early Childhood Education? Therefore, the objective was to investigate whether Music Education and Folklore are included in the Pedagogical Political Projects of Early Childhood Education schools in Osório-RS and how they are inserted. The methodology of this investigation was structured in the qualitative approach, in the documentary research as a method and in the collection of documents as a technique for data collection. Data analysis was performed based on content analysis. The documents collected were the Pedagogical Political Projects of the Early Childhood Education schools in Osório-RS. As a result, it was observed that both Folklore and Music Education are brought within the Pedagogical Political Projects within the scope of both themes. This investigation led to the development of some products. One of them was an E-book with several songs and games. At the end of this research, it is concluded that Music Education and Folklore are very relevant themes to be worked on in Education, especially in Early Childhood Education.

Keywords: Early Childhood Education. Musical education. Folklore. Pedagogical Political Project.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos periódicos	20
Quadro 2: Artigos sobre Educação Musical	22
Quadro 3: Artigos sobre Folclore	24
Quadro 4: Escolas municipais de Educação Infantil de Osório	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Revistas com Qualis A1 e A2	21
Gráfico 2: Revisão de literatura Educação Musical	21
Gráfico 3: Revisão de literatura Folclore	22
Gráfico 4: Publicações selecionadas Educação Musical	25
Gráfico 5: Publicações selecionadas sobre Folclore	37

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa do Rio Grande do Sul	57
Imagem 2: Vista panorâmica de Osório (RS)	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1	SELEÇÃO DAS PUBLICAÇÕES QUALIS A1 E A2	20
2.2	ARTIGOS SELECIONADOS SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL	24
2.2.1	A Música na Infância	25
2.2.2	A Música na Educação Infantil	27
2.2.3	Práticas Docentes na Educação Infantil	30
2.3	ARTIGOS SELECIONADOS SOBRE FOLCLORE	37
3	REFERENCIAL TEÓRICO	42
3.1	EDUCAÇÃO INFANTIL	42
3.1.1	Fases do Desenvolvimento Humano na Infância	42
3.1.2	Currículo e Ensino na Educação Infantil	44
3.2	EDUCAÇÃO MUSICAL	46
3.2.1	Educação Musical na Infância	46
3.2.2	Formação em Educação Musical para Professores Unidocentes	48
3.3	FOLCLORE	49
3.3.1	Conceitos sobre Folclore	50
3.3.2	Músicas Folclóricas	52
3.4	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)	53
4	METODOLOGIA	55
4.1	ABORDAGEM QUALITATIVA	55
4.2	PESQUISA DOCUMENTAL	55
4.3	TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS	60
4.4	TÉCNICA PARA A ANÁLISE DOS DADOS	61
5	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	63
5.1	FOLCLORE E CULTURA	63
5.2	EDUCAÇÃO MUSICAL E MÚSICA	68
6	PRODUTOS	72
6.1	PRODUTOS ORGANIZADOS EM CONJUNTO COM OS GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO	72
6.1.1	Curso Educação Musical e Docência	73

6.1.2	Saraus	75
6.2	PRODUTO ORGANIZADO PELA PESQUISADORA: “ <i>E-BOOK</i> EDUCAÇÃO MUSICAL E FOLCLORE”	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE	85
	APÊNDICE A: REVISÃO DE LITERATURA	86
	ANEXOS	94
	ANEXO A: CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO DE 1951	95
	ANEXO B: CARTA DO FOLCLORE DE 1995	105

1 INTRODUÇÃO

Busca-se trazer, resumidamente, a minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, articulando as questões de pesquisa dentro da Linha 2: Artes em Contextos Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

A presente pesquisa, que trata sobre Educação Musical e Folclore, traz uma trajetória que tem início desde a minha infância, pois desde criança gostava de ouvir canções folclóricas e infantis, entre outras de forma eclética. Adorava brincadeiras envolvendo músicas e gostava de "brincar" com instrumentos musicais. Tinha alguns instrumentos musicais de brinquedo que eu havia ganhado dos meus pais, e eu explorava-os bastante. Eu também brincava de inventar canções com base em leituras que eu fazia, todos os materiais de leitura se tornavam uma música que eu criava. Adorava ler e cantar. Isso era uma brincadeira e, ao mesmo tempo, uma forma de memorização.

Em relação às experiências musicais na infância, Parizzi (2006) e Mattos Junior (2014) afirmam que:

Entre 3 a 5 anos, as crianças já cantam com mais precisão; conseguem reproduzir ritmos simples dentro de um pulso regular; compõem pequenas canções e discriminam características sonoras como alturas, timbres, intensidades e durações, os meninos e meninas imitam e reproduzem muito bem as canções de sua cultura, bem como inovam com o canto espontâneo, criado a partir de fragmentos dessas canções (PARIZZI, 2006, p. 44). Assim, percebe-se detalhadamente que as crianças são ouvintes em potencial desde cedo, com capacidades e percepções surpreendentes, bem como reagem aos estímulos sonoros. Esses estímulos, uma vez percebidos, eliciam reações que propiciam a criança se desenvolver intelectual e socialmente (MATTOS JUNIOR, 2014, p. 3).

Por gostar muito de música, ainda na infância participei de uma seleção para um grupo de coro na escola. Porém, não fui escolhida, por “não ter vocação para a música”, segundo o professor de música que me avaliou na época. Por este motivo, cresci acreditando que não tinha vocação para a música, mesmo gostando muito de explorar as sonoridades. Porém, aos 18 anos, ingressei na Graduação em Pedagogia, na Faculdade Cenecista de Osório, e, em seguida, comecei a lecionar como estagiária na Área da Educação Infantil, onde pude explorar bastante a música em sala de aula.

Durante essa experiência trouxe diversas cantigas infantis, rodas-cantadas, recursos de contações de histórias, brincadeiras e músicas folclóricas para a escola, me tornando educadora sem pensar que “não tinha vocação na área da música”, mas me preocupando em trazer para a sala de aula uma diversidade de conhecimentos, buscando, por meio do lúdico, uma educação que estimula a criatividade dos meus alunos, sempre os incentivando a cantar, brincar e explorar suas habilidades e competências.

Assim que me formei na graduação, em 2011, fiz pós-graduação em Gestão: Supervisão Educacional pela Faculdade Cenecista de Osório. No mesmo período fui chamada em um concurso público para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Continuei me aprimorando em relação ao trabalho lúdico em sala de aula, a musicalização e o folclore. A partir daí a música passou a exercer um papel ainda mais importante na minha trajetória profissional, pois quando comecei a trabalhar com os Anos Iniciais, especificamente com o 2º ano do Ensino Fundamental, alfabetizava utilizando canções com os meus alunos e percebia um avanço na aprendizagem dos mesmos. Quanto a isso, Wolffenbüttel (2019) e Moreira e Wolffenbüttel (2019) afirmam que a música pode ser utilizada para despertar, estimular e desenvolver o conhecimento, possibilitando que as crianças se tornem seres criativos e capazes de acreditar em si mesmos.

Após concluir a pós-graduação em Gestão: Supervisão Educacional, em 2013, conheci uma pessoa que já tinha um amplo conhecimento na área musical e desenvolvia projetos no município atuando, ainda, como proprietário de uma Escola de Música em Osório. Com isso, passei a ter bastante convivência com essa área, pois a partir daí comecei a iniciação prática e teórica de alguns instrumentos, tais como: teclado, violão e ukulele.

Em 2015 ingressei na primeira turma de pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, pela Uergs, em Osório, com o objetivo de aperfeiçoar meus conhecimentos na área da inclusão educacional, pois, na época, estava trabalhando bastante com alunos de inclusão. Neste período conheci mais sobre a Uergs e sobre a ideia que tinham de ter um futuro Mestrado em Educação em Osório-RS, pois, até então, não havia Mestrado no município.

Em 2017, tive a oportunidade de ministrar uma Oficina de Musicalização Infantil na Escola de Música Cheiran e, após essa oficina, dei aulas de Musicalização para uma turma de crianças pequenas nesta mesma escola. Com esta turma pude explorar bastante as questões do som, do silêncio, do conhecimento de instrumentos musicais diversificados, bem como a criação de músicas e construção de instrumentos. Trazia para as aulas, de forma lúdica, diversas músicas folclóricas, buscando desenvolver uma aula com experiências musicais variadas. Segundo Loureiro (2013, p. 53):

A aprendizagem musical deve levar em consideração um fazer em que estejam presentes: a criação, a invenção, a imitação, a improvisação e as diferentes formas de expressar através do som (matéria-prima da linguagem musical), bem como suas qualidades (altura, intensidade, duração, timbre, textura) e o silêncio. É preciso ainda proporcionar a apreciação musical constante e significativa como momento de percepção dos sons e silêncios e de apreensão das estruturas e organizações musicais, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de observar, de reconhecer e de ter espírito crítico. Por conseguinte, é fundamental estimular a interpretação, o ato de refletir sobre a música e sua interação com o meio, motivando a sua execução e a participação ativa dos pequenos.

Devido a esta experiência, as práticas docentes em escolas de ensino regular e, também, pelo desejo de continuar meus estudos na área acadêmica, sempre continuei estudando. Em 2018 fui selecionada para ser Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação, da Uergs e cursei, primeiramente, o componente curricular: Educação Musical I, ministrado pela Professora Dr.^a Cristina Rolim Wolffenbüttel. Esta disciplina foi uma excelente escolha, pois com as orientações desta professora, consegui ir aos poucos concretizando a minha ideia de pesquisa sobre a música.

No segundo semestre de 2018, cursei o componente curricular: Educação Musical II, também ministrada pela Professora Cristina que, com muito carinho e profissionalismo, continuou contribuindo bastante com várias ideias, conceitos e embasamentos teóricos nos quais eu conseguia compreender cada vez mais a inserção da Música na educação.

Em 2019, cursei, também, o componente curricular: Educação, Arte e Filosofias da Diferença, ministrado pelo Professor Dr. Eduardo Pacheco, o qual me auxiliou muito com várias contribuições teóricas e metodológicas sobre a importância da arte na educação. No segundo semestre do mesmo ano cursei o componente curricular: Folclore, novamente com a Professora Cristina, em que pude aprofundar ainda mais meus conhecimentos na área musical e folclórica. Neste momento consegui fazer uma

interlocução entre o meu projeto de pesquisa sobre Música e o Folclore, o que enriqueceu ainda mais meu propósito de pesquisa.

No primeiro semestre de 2020 cursei o componente curricular: Dialogicidade na Formação de Professores, ministrado pela Professora Viviane Maurenre, o que foi uma experiência muito gratificante por lembrar e aprofundar sobre as teorias e conceitos de Paulo Freire, o qual estudei bastante durante o curso de licenciatura. E, no segundo semestre do mesmo ano, ingressei como aluna regular no Mestrado.

Com base em todos os componentes curriculares que cursei como aluna especial e regular no mestrado da UERGS, pude perceber a qualidade de ensino oferecido pelos ótimos professores desta Instituição, sempre buscando dar aulas diversificadas, com bons referenciais teóricos, utilizando bastante as interações dialógicas, explicando muito bem os conteúdos das aulas e nos proporcionando um vasto conhecimento na área da Educação. Devido a isso, me instigaram a dar seguimento aos meus estudos e a pesquisa na área da Música e do Folclore.

Durante o percurso da pesquisa, a mesma sofreu algumas alterações. Inicialmente, a pesquisa seria baseada nas práticas docentes na Educação Infantil da Rede Municipal de Osório-RS, com a aplicação de formulários que seriam respondidos pelos docentes de forma *on-line*. Também seria realizada a coleta de dados através da coleta de documentos, no caso os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da mesma Rede, mas optou-se que a pesquisa iria seguir apenas com a coleta de documentos, sendo realizada uma análise dos PPPs, mas tendo como foco principal a Educação Musical e o Folclore.

Além disso, fiz e continuo fazendo vários cursos, seminários e formações relacionados à Educação Musical e ao Folclore, sempre buscando aperfeiçoar meus conhecimentos profissionais, acadêmicos e pessoais. Também tive a oportunidade de participar dos Grupos de pesquisa e Extensão: "Educação Musical: diferentes tempos e espaços (Grupem)" e "Arte: Criação, Interdisciplinaridade e Educação (ArtCIEd)", ambos da Uergs. E, acredito que estes encontros são muito ricos em aprendizagens, e proporcionam muitas trocas de conhecimentos com profissionais na área da Música e da Educação de diversos lugares do Rio Grande do Sul e do Brasil, sendo que a partir destes Grupos de Pesquisa comecei a participar de outros encontros relacionados à música com temáticas diversificadas e muito relevantes na área musical.

Em 2021, ingressei também na Especialização em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação pela Ulbra.

Todas estas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais demonstram o meu desejo de seguir estudando e pesquisando na área da Educação.

A partir de toda esta trajetória que apresentei, explico que esta investigação originou-se de um questionamento principal: Como a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) na Educação Infantil? Além deste, surgiram outros questionamentos relacionados, que foram os seguintes:

- Quais atividades musicais são mencionadas nos PPPs?
- Quais as manifestações do Folclore estão dentro do campo de abrangência do Folclore?
- Como e quais os produtos que podem contribuir para as práticas pedagógicas na Educação Infantil relacionados aos PPPs?
- Como romper com ciclos que estão instituídos dentro das escolas de forma disciplinar?

Com base nestes questionamentos, a presente pesquisa objetivou investigar se a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos PPPs das escolas de Educação Infantil de Osório-RS. Assim como traz como objetivos específicos:

- Conhecer de que forma estão inseridos o Folclore e a Educação Musical nos PPPs;
- Observar os objetivos que estão nos PPPs que fazem parte do campo de abrangência da Música e do Folclore;
- Analisar aprofundadamente os PPPs buscando encontrar contribuições da Educação Musical e do Folclore nas práticas pedagógicas da Educação Infantil;
- Construir produtos que sejam relacionados às temáticas: Educação Musical e Folclore.

Considerando que a temática é recorrente na Educação e nas situações vivenciadas dentro e fora da sala de aula, considera-se relevante esta pesquisa sobre Educação Musical e Folclore na Educação Infantil.

A música faz bem à autoestima da criança, pois por meio dela expressa emoções e sentimentos, todos estes fatores auxiliam no desenvolvimento de habilidades motoras, verbais e de raciocínio. Segundo Fonterrada (2008), por meio da música, a criança desenvolve suas habilidades corporais, perceptivas, sensíveis, que fazem parte da relação que estabelece com a música.

Dentre esses aspectos, pode-se mencionar a experiência lúdica e a Conforme Fonterrada (2008), faz-se importante o resgate do papel da música de promover o desenvolvimento e o bem estar. Este papel tem sido, muitas vezes, esquecido, o que contribui para que se fortaleça o entendimento da Música como passatempo e entretenimento, com o qual não concordamos. Entendemos que a Música tem valor em si, e é uma área própria do conhecimento (KRAEMER, 2000).

É importante que a música não seja vista como um passatempo ou entretenimento, mas como um meio de estimular ainda mais os educandos ao seu desenvolvimento, sendo respeitado o tempo da criança com a mediação do professor, dando oportunidades para que os alunos possam avançar nas suas aprendizagens, produzindo e ressignificando seu conhecimento e aprendendo sempre mais. Como afirma Kraemer (2000), a apropriação musical tem que estar no contexto cotidiano em relações com sentido e assim ter a produção de conhecimento.

Nesse sentido, é importante a construção de práticas educativas mais participativas construídas em conjunto com as crianças, buscando o desenvolvimento pleno dos discentes. Como afirma Bellochio (2005), as práticas docentes da música em sala de aula podem ser feitas por professores não especialistas em música, mas trabalhar a música com a ideia de produzir sentidos nesta experiência, brincando de fazer música, brincando com a voz, ouvindo, percebendo e buscando compreender como a criança brinca, canta e fala.

A música é muito importante no processo de aprendizagem das crianças usando o maior número de sentidos possível, para realmente compreender conceitos e desenvolver habilidades em linguagem e alfabetização. Kraemer (2000) afirma que, educar musicalmente fundamenta-se na prática músico-educacional, ou seja, os espaços onde se ensina e se aprende música são múltiplos e vão além das instituições escolares.

A relevância acadêmica consiste na busca investigativa destes processos de ensino e aprendizagens nas escolas públicas municipais de Osório-RS e analisar como estão utilizando a música e o folclore em suas práticas escolares. Segundo Mattos Junior (2014, p. 7):

As aulas de música, principalmente na educação infantil e fundamental, precisam privilegiar o desenvolvimento do aluno, daí a importância dos professores planejarem atividades que propiciem um ambiente alegre e significativo para que as crianças tenham a oportunidade de amadurecer suas potencialidades intelectuais e sociais.

Considerando que a linha de pesquisa 2 destaca as interlocuções das Artes em contextos educacionais, pode-se reafirmar que:

A realização de um trabalho musical que vise não somente fazer da música um recurso metodológico para os demais componentes curriculares, mas que esteja voltado para a construção desse conhecimento por parte dos alunos, de modo significativo e articulado aos objetivos da área, representa um desafio constante no trabalho dos profissionais da unidade. Isso ocorre tanto pela sua formação precária em termos de educação musical como pelas exigências da própria instituição escolar, que vê as artes em geral como apêndices das demais áreas (BELLOCHIO, 2005, p. 90).

A música tem grande relevância no cotidiano escolar, favorecendo o equilíbrio entre corpo e mente, oportunizando a aprendizagem de forma criativa e participativa dos educandos, desenvolvendo sua criatividade, expressividade, imaginação, memória, percepção, aprendendo por meio de brincadeiras musicais, de canções escritas e cantadas, de forma lúdica. Segundo Fonterrada (2007),

A música é uma atividade complexa, que requer o uso de muitas capacidades físicas, mentais, sensíveis e emocionais [...]. Por meio da música, a criança desenvolve suas habilidades corporais, perceptivas, sensíveis, que fazem parte da relação que estabelece com a música (FONTERRADA, 2007, p. 77).

Além disso, é preciso evidenciar que a Música e o Folclore são muito importantes e fundamentais na aprendizagem das crianças, oportunizando outras formas de ensino e aprendizagem de forma natural, sendo respeitado o tempo da criança, com a mediação do professor, dando oportunidades para que avance no que já sabe, produzindo, resignificando seu conhecimento e aprendendo sempre mais. Então, considerando isso, a Música e o Folclore são questões pertinentes de serem pesquisadas, pois ambos contribuem para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, motores, auditivos e afetivos.

Após a realização da coleta de dados dos PPPs e análise dos mesmos, foram construídos alguns produtos com enfoque na Educação Musical e no Folclore, sendo que alguns destes tiveram contribuições significativas dos Grupos de Pesquisa da Uergs e um destes, no caso o *E-book*, tem como objetivo contribuir para as práticas pedagógicas na Educação Básica, principalmente na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental com proposições pedagógicas de atividades,

brincadeiras e canções para os professores utilizarem com seus alunos em sala de aula.

Por fim, esclarece-se que esta pesquisa tem enfoque nas aprendizagens escolares da Educação Infantil no âmbito da Educação Musical e do Folclore, sem afirmar uma ou outra forma de aprendizagem, entendendo que podem ser muitas e diversas. Sendo assim, a mesma traz a revisão de literatura com artigos selecionados com classificação em periódicos A1 e A2 sobre as temáticas Educação Musical e Folclore. A metodologia utilizada baseou-se na abordagem qualitativa e na pesquisa documental. O referencial teórico sobre a Educação Infantil, a Educação Musical, o Folclore e Projetos Políticos Pedagógicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura baseou-se no arquivo de publicações Qualis novo 2019, sendo que este é um arquivo atualizado que classifica os periódicos de acordo com suas publicações.

O Qualis Periódicos foi criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no ano de 1988 e busca avaliar periódicos científicos no Brasil, sendo que o mesmo possui oito classificações que são: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Normalmente é acessado de forma *on-line* a Plataforma Sucupira para consultar a classificação dos periódicos, estas podem ser consultadas pelo ISSN das revistas, pelo título ou pela classificação, também chamada de estrato. Porém, na Plataforma, as classificações constam até o ano de 2016 e no arquivo Qualis Novo estão atualizados até o ano de 2019, sendo este arquivo utilizado como referência para esta pesquisa em relação aos periódicos.

Para a presente pesquisa foram selecionados periódicos com classificação A1 e A2 relacionadas às temáticas desta pesquisa, conforme a tabela abaixo:

Quadro 1: Classificação dos periódicos

ISSN	ESTRATO	PERIÓDICO
1518-2630	A1	Revista da ABEM
0103-7412	A1	Revista Opus
1519-6569	A2	Revista da Fundarte

Fonte: Autora (2022).

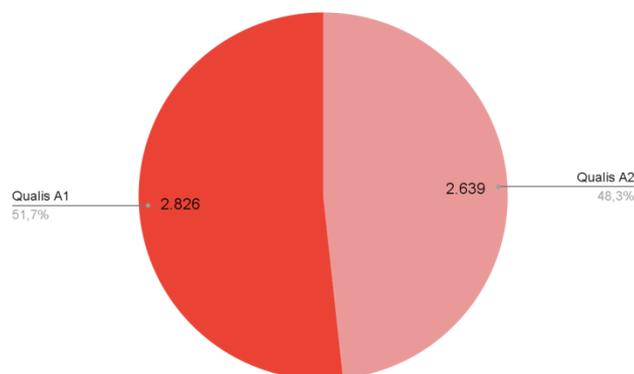
Buscou-se utilizar periódicos com a classificação A1 e A2, por serem as classificações mais elevadas em relação às pesquisas científicas e os periódicos selecionados foram escolhidos por trazerem publicações sobre Educação Musical e sobre o Folclore, que são as temáticas desta pesquisa.

2.1 SELEÇÃO DAS PUBLICAÇÕES QUALIS A1 E A2

No arquivo do Qualis Novo 2019 foram encontradas 2.826 revistas com Qualis A1, e 2.639 com Qualis A2 sobre temas gerais; destas, 328 são de Educação Geral,

23 de Música e 1 de Folclore. O gráfico 1 apresenta as revistas e seus respectivos Qualis.

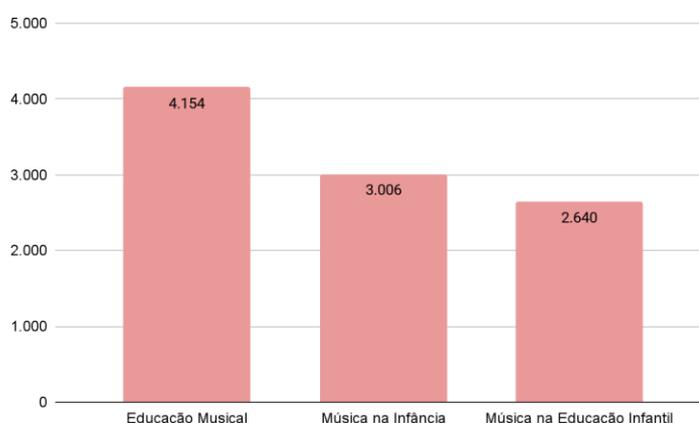
Gráfico 1: Revistas com Qualis A1 e A2



Fonte: Autora (2022).

A primeira revisão de literatura foi feita na área da Educação Musical, utilizando as palavras-chave: Educação Musical, Música na Infância e Música na Educação Infantil. Foram encontradas 9.800 publicações nesta área, sendo destas 4.154 sobre Educação Musical, 3.006 sobre Música na Infância e 2.640 sobre Música na Educação Infantil. Para o conhecimento de todos os periódicos científicos consultados, verificar o Apêndice, ao final da dissertação.

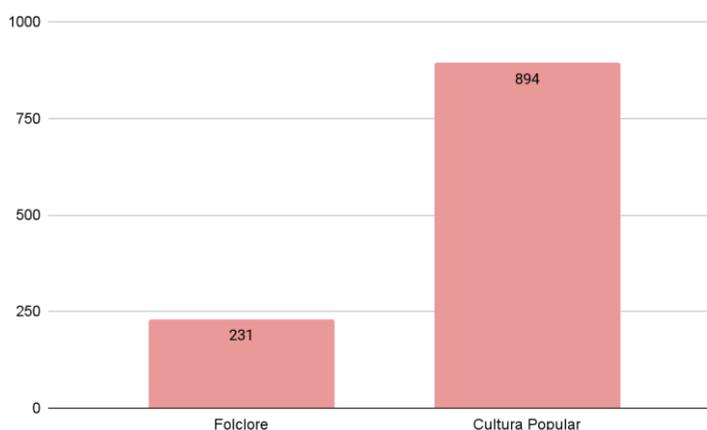
Gráfico 2: Revisão de Literatura - Educação Musical



Fonte: Autora (2022).

Na área do Folclore foram utilizadas para a pesquisa as palavras-chave: Folclore e Cultura Popular. Nesta área foram encontradas 1.125 publicações, sendo 231 sobre Folclore e 894 sobre Cultura Popular, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Revisão de Literatura - Folclore



Fonte: Autora (2022).

Após esta primeira seleção foi feito um refinamento para a escolha das publicações que foram utilizadas para a presente pesquisa. Na área da Educação Musical foram selecionados 12 artigos publicados nos últimos cinco anos, ou seja, de 2016 a 2021.

Quadro 2: Artigos sobre Educação Musical

ANO	PERIÓDICO	AUTOR (ES)	TÍTULO
2016	Revista da Fundarte	Eduardo Guedes Pacheco; Genáina Lemes da Silva.	Os instrumentos de percussão no processo de musicalização infantil: um estudo com crianças de 6 anos.
2017	Revista da ABEM	Leda de Albuquerque Maffioletti; Soraia Santana.	As atividades musicais das crianças analisadas por professoras de educação infantil – Perspectivas metodológicas para a análise narrativa-biográfica.
2018	Revista da Fundarte	Zuleica Regina Rambo; Bruno Felix da Costa Almeida; Cristina Rolim Wolffenbüttel.	Educação musical na infância: uma investigação sobre sua importância.

(continua)

(finaliza)

ANO	PERIÓDICO	AUTOR (ES)	TÍTULO
2018	Revista da ABEM	Teresa Mateiro; Silani Pedrollo.	O céu está caindo: música, drama e imaginação
2018	Revista da ABEM	Luciana Requião.	Catástrofe! Interações Musicais na Educação Infantil: Experiências com estudantes de Pedagogia livros didáticos.
2018	Revista da ABEM	Ivan Carlos Schwan; Cláudia Ribeiro Bellochio; Laila Azize Souto Ahmad.	Pedagogia e Música: Um mapeamento nos anais dos encontros nacionais da Associação Brasileira de Educação Musical e nas Revistas da ABEM entre 2008 e 2017.
2019	Revista OPUS	José Jarbas Ruas; Fabiana de Freitas Angulo Vilarinho.	Os efeitos da musicalização para o desenvolvimento musical em bebês de zero a dois anos.
2019	Revista da ABEM	Dulcimarta Lemos Lino; Gabriel do Nascimento Dornelles.	Eu sabo porque sabo: A poética da improvisação na Educação Musical.
2020	Revista da ABEM	Sara Paraguassú Santos do Vale.	Um currículo em Movimento: a música na formação de pedagogos e na Educação Infantil do DF.
2020	Revista da ABEM	Jéssica Mami Makino.	Repertório musical na Educação Infantil: música para crianças?
2020	Revista da Fundarte	Bruna Costa Mariano Ferregueti Souza.	Musicalização na Educação Infantil: Um olhar sobre a Base Nacional Comum Curricular
2020	Revista da ABEM	Joana Lopes Pereira.	Relações com música na educação infantil: cenas de uma Escola Municipal de Educação Infantil em Porto Alegre/RS.
TOTAL: 12 publicações			

Fonte: Autora (2022).

Na área do Folclore foram encontrados quatro artigos com o mesmo período de cinco anos, 2016 a 2021, com publicações trazendo o Folclore no âmbito educacional, familiar e através das manifestações populares.

Quadro 3: Artigos sobre Folclore

ANO	PERIÓDICO	AUTOR (ES)	TÍTULO
2017	Revista da Fundarte	Cristina Rolim Wolffenbüttel.	Educação e Folclore: Possibilidades de interlocução no âmbito escolar
2018	Revista da Fundarte	Sabrina Marques Manzke; Beliza Gonzales; Thiago Silva de Amorim Jesus.	Folclore de Margem: um olhar sobre as manifestações populares do Rio Grande do Sul e sua (in)visibilidade
2019	Revista da Fundarte	Rejanete Vieira.	Corpos brincantes: o folclore como estratégia de trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade e risco social
2020	Revista da Fundarte	Cristina Rolim Wolffenbüttel; Graziela da Rosa Silva Felicio; Estêvão Grezeli; Fabiane Araújo Chaves; Alex Parnoff.	Folclore Musical em família: Práticas e concepções de estudantes e seus familiares
TOTAL: 4 publicações			

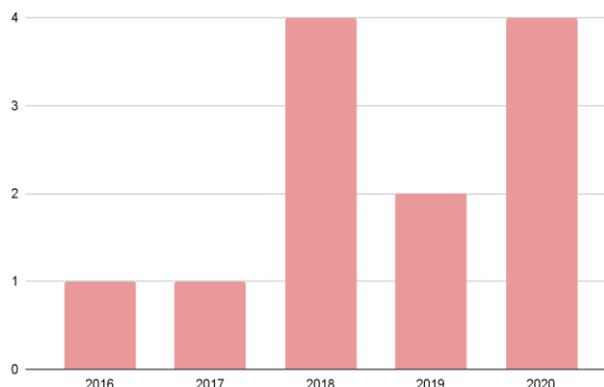
Fonte: Autora (2022).

Os artigos selecionados foram escolhidos de acordo com a temática da pesquisa. Optou-se pelo período dos últimos cinco anos, por serem pesquisas mais recentes sobre a Educação Musical e o Folclore.

2.2 ARTIGOS SELECIONADOS SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL

Na revisão de literatura foram escolhidos 12 artigos sobre Educação Musical, sendo destes um artigo de 2016, um de 2017, quatro de 2018, dois de 2019 e quatro de 2020.

Gráfico 4: Publicações selecionadas Educação Musical



Fonte: Autora (2022).

Os artigos, após coletados e lidos em sua totalidade, foram organizados em três categorias que são: a música na infância, a música na Educação Infantil e práticas docentes na Educação Infantil.

2.2.1 A Música na Infância

A música na infância foi uma temática tratada por Vilarinho e Ruas (2019); e por Rambo, Almeida e Wolffenbüttel (2018), nas publicações selecionadas na presente revisão de literatura.

A pesquisa de Vilarinho e Ruas (2019) foi uma revisão bibliográfica a respeito das contribuições da música para o desenvolvimento da criança, trazendo uma investigação sobre os efeitos da música em bebês de, até, dois anos, e as contribuições para o desenvolvimento nesta fase. Foram construídos conceitos importantes sobre bebês, música e musicalização, baseados nas teorias de Jean Piaget.

Além disso, são trazidas significativas práticas e estimulações musicais, nas quais são salientados o papel da família e a influência da música no desenvolvimento na infância até os dois anos de idade.

A música faz parte da cultura e é através dela que se é desenvolvida a musicalidade desde a infância. Como afirma Vilarinho e Ruas (2019, p. 358):

A música ao longo da história da humanidade aparece presente, inspirando os núcleos sociais humanos através dos mais variados significados culturais, possuindo evidente papel nas dinâmicas sociais, com reflexos econômicos,

políticos e religiosos. Importante forma de expressão de diferentes povos, ela perpassa o cotidiano familiar e passa a integrar a vida das pessoas de maneira expressiva e constante. O bebê por sua vez, está imerso nesse universo cultural e, mesmo ainda no ventre de sua mãe, toma contato com o mundo através da percepção da combinação entre sons e silêncios, criando suas primeiras experiências e memórias.

Sendo assim, o canto, a fala e as expressões fazem parte da vida das crianças, e é através dos adultos, cantando e conversando com elas, que ocorrem os aprendizados e os compartilhamentos de ideias e de emoções.

Na gestação, o bebê já consegue ouvir sons e, quando nascem são bem atentos a todos os sons que estão a sua volta e já possuem a capacidade de produzir seus próprios sons e interagir com os mesmos de forma lúdica. Por isso, é importante incentivar as práticas das brincadeiras musicais que envolvam sons (VILARINHO; RUAS, 2019).

Nesta fase da infância, a afetividade e as brincadeiras musicais, principalmente as praticadas com a família, auxiliam para que o bebê possa perceber a música de forma sensível. Este tipo de relação é fundamental para o desenvolvimento nesta fase da vida.

A estimulação de novas “possibilidades sonoras a partir da apreciação, da exploração e da manipulação de objetos”, segundo Vilarinho e Ruas (2019), estimula a descoberta de novas possibilidades e é por meio destas que são construídos os conhecimentos acerca do mundo. Por isto, “os adultos devem ficar atentos à forma como os bebês exploram os objetos, acompanhando suas produções sonoras, bem como a evolução de seus movimentos, desafiando-os a obter diferentes sons com o mesmo material” (VILARINHO; RUAS, 2019, p. 371).

É importante que o ambiente familiar estimule bastante musicalmente, pois “a música incentiva o bebê a uma escuta musical e este contato acaba desencadeando reações vocais, motoras, corporais, provocando mudanças na sua ação, propiciando descobertas e aprendizagens rumo à musicalidade” (VILARINHO; RUAS, 2019, p. 375).

É através dos estímulos musicais precoces que se dá a construção dos saberes musicais na infância, sendo que este processo inicia-se pela voz, e pela escuta de sons perceptíveis do cotidiano.

Rambo, Almeida e Wolffenbüttel (2018) realizaram uma investigação, através de uma pesquisa bibliográfica, sobre a importância e os benefícios da Educação

Musical na infância, trazendo questionamentos sobre os benefícios da estimulação musical para bebês e as contribuições das pesquisas em neurociências e música para a educação. Sobre a escuta musical, os mesmos autores afirmam que a formação de habilidades específicas, o domínio de conteúdos musicais, a capacidade de fazer música, bem como atuar em conjunto, complementam as ações sobre o fazer musical escolar. Para eles,

[...] é possível constatar que a estimulação musical deve ser promovida desde a infância e é de fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo, potencializando a imaginação, a atenção, a memória e habilidades musicais, contribuindo, também, de forma significativa, para a ampliação dos saberes dos educandos no processo de ensino-aprendizagem (RAMBO; ALMEIDA; WOLFFENBÜTTEL, 2018, p. 28).

Sendo assim, Rambo, Almeida e Wolffenbüttel (2018) revelam a importância da música no desenvolvimento desde bebês, com canções de ninar até a escola, na qual as crianças têm acesso à música de forma lúdica, potencializando o desenvolvimento da linguagem oral, da expressão, da criatividade e da autonomia. Através de suas pesquisas, os autores revelam a importância que a música tem desde a infância.

2.2.2 A Música na Educação Infantil

A música na Educação Infantil foi o tema abordado nos artigos de Pacheco e Silva (2016), Mateiro e Pedrollo (2018), Makino (2020) e Souza (2020).

Pacheco e Silva (2016) tratam da musicalização infantil através de instrumentos de percussão, sendo que a ideia da pesquisa teve início com as observações em suas práticas em sala de aula. Partindo deste início é importante salientar que os autores, ao desenvolverem atividades de musicalização infantil em escolas de música, observaram um interesse das crianças por instrumentos de percussão, mesmo depois de ter sido apresentados outros instrumentos diferentes.

Com base nestas observações, Pacheco e Silva (2016) puderam perceber o processo criativo das crianças na Educação Infantil e as experiências que foram vivenciadas com as mesmas, aproximando educadores com a música e com as crianças. Além disso, constataram que os instrumentos de percussão na Educação

Infantil contribuem no desenvolvimento da musicalização das crianças desta etapa de ensino.

Mateiro e Pedrollo (2018) apresentaram uma experiência realizada na Educação Infantil, através de um estágio que integrava música e teatro, buscando abranger a musicalidade, a corporeidade e a plasticidade com explorações sonoras significativas para as crianças de forma interdisciplinar. A música e o teatro trazem uma interação de forma lúdica, levando em consideração a musicalidade, a corporeidade e a plasticidade que são essenciais na Educação Infantil, pois a partir destes três elementos são exploradas sonoridades vocais convencionais e não convencionais.

Mateiro e Pedrollo (2018) convidaram as crianças a fazerem uma exploração dos seus sons vocais e corporais, utilizando músicas do Grupo Barbatuques, que trabalham com sons corporais. Foram criadas músicas a partir da expressão corporal e dos sons produzidos pelas próprias crianças, que produziram criativamente suas próprias canções.

Para Mateiro e Pedrollo (2018), é através da brincadeira de criação musical, do lúdico, que as crianças, principalmente na Educação Infantil, exploram tempos e espaços diferentes e conseguem ampliar sua criatividade, sua imaginação e seu próprio corpo, descobrindo que conseguem criar música com suas vozes e com seus corpos.

Os sons podem ser produzidos de diversas maneiras, utilizando o corpo e, conforme a parte do corpo que é utilizada, produz-se um som com uma sonoridade diferente. Assim como Mateiro e Pedrollo (2018) referem-se à brincadeira de sonorizar ao som produzido com as mãos em forma de concha e com os lábios em forma de bico. Ao bater as mãos próximo aos lábios entreabertos são produzidos variados timbres.

É importante que a criação sonora vocal e corporal seja bastante explorada na Educação Infantil, e que os professores valorizem as ideias musicais trazidas pelas crianças de forma individual e coletiva. Mateiro e Pedrollo (2018) acreditam que a criança de zero a cinco anos possa ser estimulada a fazer suas próprias escolhas passando, assim, a investir em seus interesses e, conseqüentemente, a empreender sua própria aprendizagem.

Conforme Mateiro e Pedrollo (2018):

As práticas musicais na educação infantil são fruto de estudos sobre a criança e a infância que contribuíram para compreender que a música pode “assumir seu lugar e importância na formação da criança como ser humano” [...] Ter criança como personagem principal implica conhecer os seus contextos, cultural e social, seus interesses e preferências, considerar seus conhecimentos prévios e poder transformar os processos de ensino e aprendizagem em uma espécie de jogo, característico dessa fase de desenvolvimento humano, por meio do qual a criança possa aprender brincando” [...] acredita-se que é possível um ensino de música que considere a escolha das crianças, suas expressões, ambições e do que lhe é intrínseco, assim como ser um professor mediador que observa e valoriza suas ideias (MATEIRO; PEDROLLO, 2018, p. 123).

A aprendizagem de forma interdisciplinar e que integre a música com o teatro proporciona às crianças na Educação Infantil, segundo Mateiro e Pedrollo (2018) “diferentes vivências teatrais e musicais” e articula musicalidade, movimento, expressão corporal e plasticidade. Desta forma “uniu elementos integrados ao fazer musical, como brincar de teatro, brincar de experimentar sons diversos, contar histórias, cantar, dançar, sonorizar e criar”.

Já Makino (2020) faz uma reflexão a partir de alguns questionamentos sobre o repertório musical a ser desenvolvido em sala de aula, mostrando a importância do trabalho musical na primeira infância.

Apesar de ser a questão central da educação musical infantil porque é o tema que coloca a música nos espaços educacionais, há outros igualmente importantes que são menos polêmicos e menos discutidos. Dentre eles estão as questões ligadas ao repertório: o que trabalhar com criança pequena? Quais seriam os critérios de escolha? Como chegar a esse repertório? Tendo em vista essas questões, o objetivo deste texto é provocar o professor a refletir acerca das escolhas musicais para a composição do repertório trabalhado nas escolas de educação infantil (MAKINO, 2020, p. 178).

Na Educação Infantil, o repertório musical deve levar em consideração, segundo Makino (2020), a prática e a criação sonora, para que haja real usufruto da linguagem musical. Daí a importância de a aula de música na escola não ser utilizada como pano de fundo de outra atividade. Deve-se ter um olhar sobre os alunos e sobre a curiosidade inerente nesta faixa etária, adequando o repertório a turma e partindo do levantamento do que os alunos gostam de escutar, segundo Makino (2020).

Souza (2020) fez uma análise da musicalização na Educação Infantil levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Na Educação Infantil há uma

[...] íntima relação entre Música e Criança precede os conceitos sistematizados da sociedade, pois desde o ventre materno a interação com os sons, o silêncio, os ritmos fazem parte da vivência dos pequenos. Assim, promover a Educação Musical na Educação Infantil (crianças de 0 a 5 anos) é possibilitar a construção da linguagem sonoro-musical como expressão da infância (SOUZA, 2020, p. 52).

Partindo dos temas música e criança, Souza (2020) trata de conceitos sobre a infância e a importância da música na Educação Infantil, baseando-se na BNCC.

Assim, Souza (2020, p. 57) defende que “a Educação Infantil, como direito garantido às crianças enquanto sujeitos históricos e sociais, representa o ponto inicial da vida escolar dos pequenos e precisa ser marcada pela ludicidade oportunizada pelas vivências e experiências desta etapa”.

Com base nestes conceitos sobre criança e os direitos da criança na Educação Infantil parte-se para a compreensão de como a música está presente na BNCC e como ela é importante nesta etapa de ensino escolar.

Segundo Souza (2020), é importante que a BNCC objetive promover a expressão infantil no desenvolvimento da linguagem musical, pois, normalmente, as crianças não recebem cantar, tocar, mesmo que não conheçam previamente os elementos formais musicais. Assim, a Educação Musical na Educação Infantil acontece de forma lúdica e espontânea, possibilitando interações entre as crianças.

Souza (2020) defende que a musicalização na Educação Infantil precisa considerar a ludicidade, a brincadeira, o faz de conta.

Autores como Pacheco e Silva (2016), Mateiro e Pedrollo (2018) e Makino (2020) e Souza (2020), trazem em suas pesquisas as contribuições e a importância da Educação Musical na Educação Infantil, sendo esta explorada através de instrumentos de percussão, oficina de música e teatro, repertórios musicais variados, estimulações sonoras, através da voz e do corpo, e das atividades lúdicas revelando, assim, que a Educação Musical possui diversas maneiras de ser trabalhada em sala de aula nesta etapa de ensino da infância, mas sempre levando em consideração os benefícios da música no desenvolvimento infantil.

2.2.3 Práticas Docentes na Educação Infantil

Autores como Vale (2020), Maffioletti e Santana (2017), Requião (2018), Pereira (2020), Lino e Dornelles (2019), Schwan, Bellochio e Ahmad (2018), investigaram as práticas docentes na Educação Infantil quanto à Educação Musical.

De acordo com Vale (2020), considera-se a importância da formação musical oferecida aos pedagogos, para que suas práticas pedagógicas com música sejam efetivas e consistentes. Os professores unidocentes, muitas vezes, possuem dificuldades em desenvolver atividades musicais na Educação Infantil, utilizando-os mais frequentemente nas festividades escolares. Como afirma Vale (2020), é comum que as escolas privilegiem a execução de canções em ensaios repetitivos e pouco criativos com a única finalidade de “enfeitarem” as festividades escolares com apresentações musicais. Na Educação Infantil, conforme Vale (2020, p. 293), “as ações de criação, apreciação e execução musicais requerem conhecimentos específicos para que sejam trabalhadas com qualidade e de maneira adequada [...] observar os espaços da música na formação de pedagogos faz-se necessário”.

O pedagogo é considerado, segundo Vale (2020), como um especialista da infância. Listar todos esses aspectos de prática e vivência com a Educação Infantil reforça os princípios de conhecimento pedagógico geral adquiridos durante a licenciatura em pedagogia. Vale (2020) enfatiza ser importante que a Educação Musical esteja inserida no currículo da pedagogia, pois sem esta formação dentro do currículo como disciplina obrigatória, se estabelece uma defasagem na formação dos futuros pedagogos. Considerando que a música é obrigatória na educação básica, esta também deveria ser obrigatória nos currículos dos cursos de Pedagogia.

Requião (2018), em sua pesquisa sobre a educação musical e a formação de pedagogos, busca compreender e discutir o papel da Arte na educação infantil e as possibilidades de interação do pedagogo nesse contexto, analisando os livros didáticos sobre música aos professores não especialistas nesta área. A autora afirma que a

[...] formação acadêmica e a atuação de professores-pedagogos podem [...] favorecer o desenvolvimento da linguagem musical [...] a arte [...] no âmbito da educação infantil, deve se dar de forma interdisciplinar, articulada às outras áreas de conhecimento necessárias à formação do pedagogo (REQUIÃO, 2018, p. 42).

Na investigação de Requião (2018), a autora selecionou alguns livros didáticos que traziam a temática “música para crianças”, e, com base nestes livros, estudantes de pedagogia fizeram intervenções em turmas da educação infantil. Com base nos livros selecionados foram realizadas propostas de atividades, dando ênfase a algum elemento sonoro-musical, como timbre, altura, duração, intensidade, pulso, forma, etc.

As intervenções foram planejadas seguindo um roteiro de atividades, o qual abrangia desde um ritual de chegada até um ritual de despedida. Assim, conforme Requião (2018), a

[...] experiência em sala de aula foi mais desafiadora do que poderia parecer aos estudantes. As situações se mostraram incertas e imprevisíveis, permeadas de desvios, riscos e situações de *catástrofe*. Ao mesmo tempo em que os estudantes mostraram ter tido empatia com as crianças e com a professora estavam também bastante inquietos por terem sentido “perder o controle” da situação [...] não foi possível conter a animação da criançada (REQUIÃO, 2018, p. 49).

A partir desta primeira intervenção, segundo Requião (2018), foi necessário repensar o planejamento, pois a turma era muito dispersa, não faziam silêncio e só queriam brincar. Portanto, o planejamento foi repensado de forma mais criativa e lúdica, incluindo atividades coletivas e de curta duração. A autora realizou a busca de pesquisas sobre o ensino da música na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Este procedimento incluiu a análise de publicações constantes na Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (Revista da ABEM). Com esta seleção foi possível definir alguns aspectos principais para a realização do trabalho com música na Educação Infantil, incluindo o trabalho com histórias, a integração da música com outras linguagens, a liberdade de brincar com os sons, etc. Após as discussões com os estudantes observou-se

[...] a necessidade para o professor-pedagogo de uma formação musical que incluía não somente a formação inicial, quando ela existir, mas também uma busca continuada e pautada na experiência. [...] os livros didáticos [...] não são suficientes como um material de trabalho para o professor não especialista. As atividades possíveis de serem desenvolvidas sem uma formação específica são limitadas por uma compreensão bastante superficial do que pode ser um trabalho com música em sala de aula (REQUIÃO, 2018, p. 54).

Por fim, Requião (2018) afirma que mais do que buscar capacitar os futuros pedagogos no manejo com os elementos musicais, evidenciou-se a necessidade de conjugar esses saberes com a dinâmica necessária para o ensino.

Pereira (2020), em sua pesquisa, buscou compreender as diferentes formas de mediação das relações com a música e suas contribuições para as crianças da Educação Infantil, levando em consideração as práticas de diferentes profissionais

que trabalham com a música em sala de aula, através de um estudo de caso em uma escola de Educação Infantil em Porto Alegre (RS).

Ao fazer a revisão de literatura, Pereira (2020) percebeu que a música está presente em várias instituições de ensino, porém a mesma é tratada como entretenimento, e para atividades musicais superficiais, tais como: nas rotinas escolares, nas datas comemorativas e como um meio de aprendizagem dos conteúdos escolares. Em sua revisão de literatura, Pereira (2020) explica que observou que

[...] frequentemente, há uma percepção negativa acerca das práticas educativo-musicais desenvolvidas por professores (as) unidocentes no contexto da educação infantil, proveniente do entendimento de que o conhecimento musical é trabalhado de maneira superficial e de que a música é subutilizada, pois serve a finalidades que não as da área, mesmo que nem sempre essas finalidades sejam apresentadas, fundamentadas ou discutidas. [...] os professores [unidocentes] reconhecem a validade da música no âmbito das suas práticas, mas não desenvolvem-na de forma tão coerente com os objetivos da área, justamente por sentirem-se desprovidos de saberes docentes capazes de lhes dar suporte para tais atividades (PEREIRA, 2020, p. 346).

Sendo assim, a compreensão de diferentes mediações e relações com a música trazem contribuições para a formação das crianças, principalmente na educação infantil. Como afirma Pereira (2020, p. 346), “a música na escola tem a potencialidade de oportunizar experiências singulares aos sujeitos envolvidos no projeto formativo”.

Sobre as práticas musicais na sala de aula, as participantes da pesquisa de Pereira (2020) confirmaram que elas aprendem

[...] umas com as outras e para valorizar o que as outras fazem, ainda que o fazer do outro seja diferente. Isso faz com que as profissionais se entendam como um coletivo, pois se sentem pertencentes à instituição, são parte dela e a constituem, e possibilitam compreender os outros a partir de sua outridade (PEREIRA, 2020, p. 351).

O trabalho coletivo na escola investigada por Pereira (2020) demonstrou possibilitar a convivência de diversas formas que mediam a música e a troca de conhecimentos de diferentes profissionais. A música além de ser trabalhada por diversas profissionais faz parte da rotina da educação infantil, como afirma Pereira (2020):

Alguns dos momentos da rotina em que a música está presente são os que antecedem as refeições [...] Outro momento recorrente é a hora do sono [...] Em ambas as situações, a música é utilizada para que as crianças fiquem tranquilas. [...] a música na hora do sono, para além de acalmar, ajuda a criar uma atmosfera diferenciada [...] para as crianças descansarem. [...] A utilização da música na rotina tem sido objeto de reflexão das profissionais [...] musiquinha para guardar [...] musiquinha para comer [...] como uma marcação da rotina (p. 353-354).

Além de a música ser bastante utilizada na rotina da Educação Infantil, Pereira (2020) menciona que as crianças brincam cantando em momentos de brincadeiras livres, brincam de tocar instrumentos. De acordo com Pereira (2020) “as relações com música aparecem frequentemente relacionadas às brincadeiras e à experimentação de gestos e movimentos corporais”. Sendo assim, conforme Pereira (2020, p. 356), a “dança, os gestos e os movimentos possibilitam que as crianças se conheçam, se expressem, desenvolvam suas capacidades corporais e interajam com seus pares e com as profissionais. O corpo, além de possibilitar o movimento, também é explorado através de suas sonoridades”.

Na exploração de sonoridades, Pereira (2020) menciona que há exploração de instrumentos musicais convencionais, do corpo e de outros objetos sonoros e que

[...] as crianças entram em contato com as fontes sonoras e com a materialidade da música. Ao explorarem e manipularem essas fontes sonoras, as crianças se expressam, brincam, interagem, descobrem as possibilidades de seus corpos e dos materiais disponíveis na escola, conhecendo mais recursos para se expressarem. Além disso, elas são apresentadas aos instrumentos musicais por seu nome e pelos que são capazes de produzir (PEREIRA, 2020, p. 357).

Pereira (2020) traz, também, a sugestão de serem criadas músicas com as crianças, a partir de seus conhecimentos prévios, e menciona que o canto ocorre diariamente nas escolas, através das rodinhas.

A música é um campo de conhecimento muito importante na educação infantil e na formação das crianças, sendo que estas relações entre as crianças com a música estimulam habilidades na formação das mesmas. A pesquisa de Pereira (2020) apresenta a música de forma interdisciplinar, sendo trabalhada por diversos profissionais da educação, e não somente o professor unidocente.

Já Maffioletti e Santana (2017) trazem uma pesquisa realizada com 39 professoras não especialistas em música, que fizeram observações em turmas da educação infantil com o objetivo de analisar como estas professoras se referem às

atividades musicais realizadas pelas crianças, o que consideram como atividade musical e quais aspectos teóricos enfatizam ao analisarem estas atividades. Estas professoras construíram relatos sobre suas observações e práticas relacionadas à música.

As professoras de Educação Infantil, mesmo sem formação musical, percebem os efeitos da música sobre o comportamento das crianças e nas análises que elas fazem sobre o modo como as crianças se relacionam com a música. Assim como uma das professoras relata que “a música é tão importante na vida da criança que através dela a criança se torna autor e reproduzidor de sua cultura, quanto maior o seu contato com a música, mais capaz de criar ela é, assim como conceber sons, projetar o que já se conhece” (MAFFIOLETTI; SANTANA, 2017, p. 13-14). Segundo Maffioletti e Santana (2017) é possível observar a criatividade infantil a partir das brincadeiras livres com instrumentos musicais. Essas brincadeiras livres oportunizam a liberdade para as crianças criarem e se expressarem, enquanto as professoras podem se dedicar às observações em relação ao desenvolvimento destas atividades, por parte das crianças. A análise das práticas em torno das crianças

[...] fez com que [...] a professora [...] voltassem o olhar sobre si mesmos e suas necessidades de conhecimento musical. Conforme suas palavras: Faz-se necessário pensar nossa prática e refletir sobre o que estamos oferecendo enquanto repertório para a construção de um mundo musical. Analisar a nossa própria formação musical e aprofundar estudos sobre a música (MAFFIOLETTI; SANTANA, 2017, p. 15).

As professoras participantes desta pesquisa puderam perceber, de acordo com Maffioletti e Santana (2017) que a música na Educação Infantil desenvolve habilidades musicais reconhecidas, valorizadas e compreendidas no contexto dos laços familiares e das relações interpessoais das crianças.

Lino e Dornelles (2019) realizaram uma investigação sobre a formação de professores em educação musical, com acadêmicos do curso de Pedagogia, utilizando a improvisação de brincar com sons, de forma lúdica.

Lino e Dornelles (2019) afirmam que a licenciatura em Pedagogia, mesmo que tenha a disciplina de educação musical em seu currículo de formação, não assegura a prática criativa da improvisação no processo de formação de professores unidocentes.

[...] a improvisação é essa prática lúdica e criativa que envolve uma relação fluida com os outros (grupo e/ou instrumento). Um saber e fazer que ensina o corpo a se expor. A improvisação parte da realidade, habita a fronteira entre o sonoro e o musical, cria conexões entre as necessidades expressivas e a técnica instrumental. [...] a improvisação é uma atividade projetiva que pode definir-se como toda execução musical instantânea produzida por um indivíduo ou grupo (LINO; DORNELLES, 2019, p. 166).

Lino e Dornelles (2019, p.169) defendem a concepção de que “o mundo é sonoro musical” e “na escola a educação musical inúmeras vezes tem desconsiderado a relação entre o sonoro musical” e a

[...] improvisação afirma a imaginação, persegue uma técnica para alcançar a necessidade expressiva desejada, proporciona ferramentas, sugere materiais, propõe exercícios brincantes. Na improvisação, o inesperado é fonte de inspiração (e não ameaça) e a irrepetível condição do movimento (LINO; DORNELLES, 2019, p. 169).

A “improvisação tendo o corpo como instrumento musical” é vista como uma prática criativa, segundo Lino e Dornelles (2019) e proporciona “aos acadêmicos, educadores e instrumentistas a experiência de participar de interações e brincadeiras que ampliassem o alcance musical na formação de professores”. A música no currículo de formação de professores e a improvisação

[...] pode movimentar a reflexão intensa da educação musical na formação de professores. Para os pedagogos, a investigação sublinhou a necessidade urgente de também considerar a improvisação como atividade constituidora de fazeres e saberes musicais no cotidiano da sala de aula. Participando da experiência de improvisar, os pedagogos puderam compreender que a música é o jogo sonoro entre som e ruído, organizado pelo humano. Assim ampliaram seu conceito de música, ainda fixado na repetição interpretativa vocal de canções de rodinha (LINO; DORNELLES, 2019, p. 175).

Schwan, Bellochio e Ahmad (2018) fizeram um mapeamento bibliográfico em publicações da Revista da ABEM e nos Anais do Encontro Anual da ABEM de 2008 a 2017 e eles observaram que “a partir dos trabalhos analisados, que a formação musical e pedagógico-musical do pedagogo torna-se relevante, pois esse profissional poderá vir a trabalhar a educação musical na escola” (SCHWAN; BELLOCHIO; AHMAD, 2018, p. 12). A partir deste mapeamento, os autores afirmam que

[...] a formação musical e pedagógico-musical do pedagogo torna-se relevante, pois este profissional poderá vir a trabalhar a educação musical na escola. Contudo, além das prerrogativas legais, que inserem a música na escola desde as primeiras etapas da educação básica, considera-se a

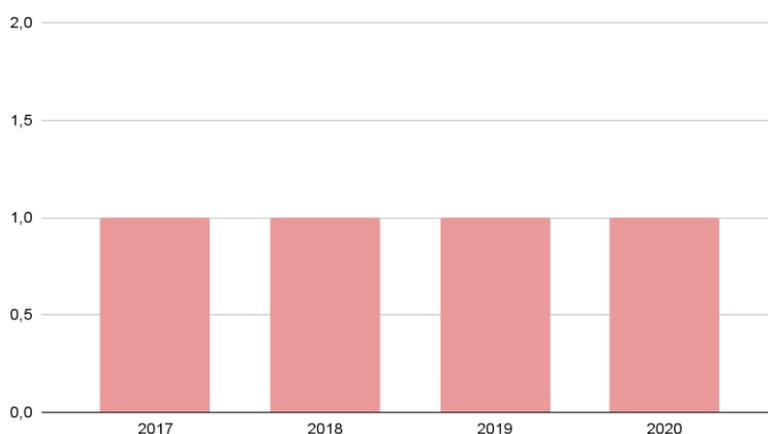
importância de o pedagogo também trabalhar com a música, pois este profissional tem como uma de suas funções e conhecimentos o desenvolvimento integral das crianças, nos diversos aspectos que compreendem a formação intelectual, social, emocional e humana, bem como um contato próximo e constante com o grupo de estudantes. Além disso, esse professor tem como possibilidade de trabalho a integração das diversas áreas de conhecimento (SCHWAN; BELLOCHIO; AHMAD, 2018, p. 127).

Com base nas pesquisas incluídas nesta revisão de literatura, pode-se afirmar a importância de a Educação Musical fazer parte da formação pedagógica do profissional em Pedagogia, pois ele pode desenvolver muitas atividades musicais que potencializam o aprendizado musical na Educação Infantil.

2.3 ARTIGOS SELECIONADOS SOBRE FOLCLORE

Em relação ao Folclore foram selecionados quatro artigos, sendo um de cada ano: 2017, 2018, 2019 e 2020. Destes, foram selecionados três artigos que tratam da temática Folclore na escola e um que trata das manifestações populares no Rio Grande do Sul.

Gráfico 5: Publicações selecionadas sobre Folclore



Fonte: Autora (2022).

Wolffenbüttel (2017) traz uma pesquisa sobre educação e folclore, apresentando seus conceitos e procurando analisar as concepções de ensino do folclore na escola. Em relação à escola, Wolffenbüttel (2017) afirma que:

Cada aluno, independentemente de sua procedência, tem uma bagagem cultural singular [...] A escola deve servir para provocar e facilitar a reflexão acerca desses conhecimentos, auxiliando na sua reconstrução e

ressignificação. Esses conhecimentos e experiências, oriundos de inúmeras influências, inclusive daquelas que a comunidade exerce sobre a escola, bem como sobre a escola, bem como sobre o processo de socialização sistemática das novas gerações (WOLFFENBÜTTEL, 2017, p. 144).

Em sua pesquisa, Wolffenbüttel (2017) refere autores que defendem a valorização da cultura em que os alunos estão inseridos, para poder trabalhar com o Folclore em sala de aula, e, a partir daí, fazer um cruzamento das culturas individuais dos alunos, e construindo significados em suas aprendizagens, assim valorizando a diversidade cultural existente na sala de aula. De acordo com a autora, o folclore refere-se “ao estudo dos usos e costumes, cerimônias, crenças, romances, refrãos, superstições e outros aspectos ligados a antiguidades populares”.

Além disso, Wolffenbüttel (2017) também apresenta conceitos sobre que é folclore vigente, folclore nascente e folclore histórico, com a concepção de que o folclore não é limitado, mas pode sofrer um processo de folclorização. Sendo assim, conceitua os tipos de Folclore:

O folclore nascente [...] está relacionado ao processo de folclorização. O fato folclórico nascente é aquele que ainda não é folclórico, porém poderá vir a sê-lo. [...] Ao passar para domínio público, transitando entre as pessoas de uma comunidade, e sendo praticado, diz-se que o fato folclórico é vigente. Quando o folclore deixa, aos poucos, de ser cultivado, quando não mais faz parte do dia a dia, passa a fazer parte do folclore histórico, continuando na memória das pessoas mais antigas que conviveram com ele, porém não mais sendo praticado (WOLFFENBÜTTEL, 2017, p. 152-153).

Uma característica do Folclore, segundo Wolffenbüttel (2017, p. 152) é “a tradicionalidade, relaciona-se à passagem de um legado cultural de uma geração para outra”, portanto “folclore é uma cultura tradicional, porém viva e dinâmica”. O Folclore tem uma “dinamicidade” e “não é imutável, ao contrário, é essencialmente dinâmico, encontrando-se em constante transformação”, segundo Wolffenbüttel (2017).

As Cartas do Folclore de 1951 e de 1995 enfatizam a necessidade da inclusão do ensino do Folclore na escola, sendo que a Carta do Folclore de 1951 apresenta a concepção de transmissão sobre cultura as novas gerações, enquanto a Carta do Folclore de 1995, considera em sua concepção a cultura trazida pelo aluno a partir da comunidade em que está inserido e do convívio familiar, segundo Wolffenbüttel (2017).

Com base em sua pesquisa, Wolffenbüttel (2017) concluiu que “cultura é algo que representa um valor para as pessoas, que faz parte de suas vidas e que, por isso,

deve ser reconstruída, reelaborada e ressignificada [...] não há uma única cultura, ou um único folclore, mas culturas e folclores diversos, como diversas são as criações humanas” (WOLFFENBÜTTEL, 2017, p. 158).

Wolffenbüttel *et al.* (2020) fizeram uma pesquisa com o objetivo de verificar a importância do estímulo familiar da música folclórica na infância, fundamentados em conceitos do folclore, valorizando a cultura familiar em que os alunos estão inseridos na escola. Assim, os autores afirmam que

[...] o folclore se encontra na vida das pessoas, em diversas dimensões. As práticas do folclore podem se apresentar em momentos de lazer, de trabalho, de descanso, da alimentação, de divertimento, enfim, inúmeras são as situações em que é possível observar práticas originadas do saber do povo no cotidiano das pessoas (WOLFFENBÜTTEL *et al.*, 2020, p. 68).

Wolffenbüttel *et al.* (2020) consideram “que o folclore faz parte da vida e da cultura das pessoas, entende-se que este seja algo que deva fazer parte do planejamento escolar”.

Levando em consideração que existem diversos tipos de músicas folclóricas, mas as cantigas de ninar costumam fazer parte da cultura familiar desde que a criança ainda é um bebê, porém existem também “as cantigas de roda, as cantigas para jogos e brincadeiras”, todas estas costumam ser exploradas de uma forma ou outra pelas crianças e famílias, segundo Wolffenbüttel *et al.* (2020). Em relação às cantigas de ninar,

[...] ao buscarmos memórias de conexões sonoras, uma vez que a imagem que fazemos da música na infância é, muitas vezes, de uma mãe colocando um bebê para dormir, há inúmeras outras interações sonoras estabelecidas, e que não se limitam a, apenas, cantar. Todavia, a música vai além, e suas importantes funções não findam ao longo da vida. E, assim, a criança aprimora a percepção auditiva, especializa o entendimento dos movimentos sonoros, estabelece preferências específicas por sons, gêneros musicais e canções (WOLFFENBÜTTEL *et al.*, 2020, p. 73).

Como resultado da análise dos dados coletados, Wolffenbüttel *et al.* (2020) explicam que “uma comunidade traz uma identidade cultural” e “toda essa bagagem é trazida pelo aluno para a escola, pois este que vive em sociedade e, assim, tem sua cultura, seu folclore”. Por isso, é necessário que, na sala de aula, sejam promovidos momentos para os alunos trazerem suas experiências vivenciadas, pois a cultura que eles trazem de casa deve ser valorizada e reconhecida. Sendo assim:

É importante que a escola também tenha como um de seus objetivos o conhecimento sobre que o educando traz em sua bagagem cultural, e que esses saberes sejam valorizados, e mais e melhor compreendidos pela comunidade em que se inserem. A consciência da importância do folclore e seus ensinamentos é um dos elementos que também devem fazer parte dos conteúdos escolares. Não se preconiza, aqui, uma supremacia dos saberes do folclore em detrimento dos demais saberes, quer sejam de origem acadêmica, dos meios de comunicação, ou quaisquer outras origens. [...] os saberes de cunho folclórico também façam parte dos planejamentos pedagógicos-musicais nas escolas, podendo ser, inclusive, coletados a partir das falas dos alunos e seus familiares (WOLFFENBÜTTEL *et al.*, 2020, p. 84).

Então, deve ser considerada “a relevância de a escola incluir em seus planejamentos o folclore e a música folclórica” (WOLFFENBÜTTEL *et al.*, 2020, p. 84).

Vieira (2019) investigou sobre como o trabalho corporal desenvolvido por meio das brincadeiras folclóricas contribui para o processo de socialização de crianças em vulnerabilidade e risco social. Este trabalho foi realizado a partir de uma “Oficina de Folclore”. Sobre o folclore, Vieira (2019) entende que

[...] é parte desta natureza social das culturas coletivas e que por meio da brincadeira folclórica, os movimentos surgidos nestes artefatos lúdicos podem representar a história das sociedades nas quais os sujeitos estão inseridos. [...] as expressões corporais [...] são representativas das vivências cotidianas e dos hábitos sociais que permeiam o dia-a-dia dos sujeitos (VIEIRA, 2019, p. 14).

O corpo faz parte da identidade cultural, e “o folclore enquanto cultura produzida e transformada pelo povo, aqui se salienta a importância do corpo como constituidor dessa cultura” (VIEIRA, 2019, p. 14). Considera-se que “cada sujeito traz a sua história, e que esta história o constrói corporalmente” e “trabalhar com as brincadeiras folclóricas significa estar trabalhando a história individual e coletiva dos sujeitos” (VIEIRA, 2019, p. 14). Portanto:

Trabalhar com o folclore, com as brincadeiras folclóricas como via de acesso para a construção de um processo de dança, apresenta diferença de um trabalho de dança contemporânea ou de dança clássica, por exemplo. Visto que a ideia da corporeidade expressa nessas danças já traz uma série de significados que foram construídos sócio-historicamente e que foram passados de geração em geração (VIEIRA, 2019, p. 17).

Com isto, Vieira (2019, p. 18) enfatiza que “o folclore está associado a diferentes tipos de conhecimentos da cultura popular, às crenças praticadas pelo

povo, sua culinária, sua vestimenta, seu artesanato, sua música e sua dança” e que “as crianças também são produtores de conhecimento”. Além disso, “o folclore infantil é expresso a partir de diferentes linguagens, uma destas linguagens manifesta-se através da brincadeira” (VIEIRA, 2019, p. 18). Por fim, Vieira (2019) reforça a importância de se trabalhar a corporeidade através do folclore.

Além destes três artigos sobre Folclore na escola, que trazem como enfoque principal os educandos e a valorização da sua cultura dentro da comunidade e da família em que estão inseridos, também foi selecionado um artigo sobre Folclore, mas relacionado às manifestações populares, pelo fato de eu considerar relevante esta publicação para este trabalho de pesquisa.

Manzke, Gonzales e Jesus (2018) fizeram uma investigação com o interesse em mapear, registrar e difundir as expressões folclóricas de folguedos e danças do Rio Grande do Sul (RS) que fazem parte da cultura popular do estado. Sobre as culturas regionais, especificamente do Rio Grande do Sul, os autores explicam que:

As inúmeras possibilidades de manifestações culturais de um povo compõem as formas de expressão dos aspectos inerentes à sua identidade cultural e, ao afirmarmos isto, devemos levar em consideração que podem fazer parte da cultura de uma região, diversas manifestações que, influenciadas pelo seu contexto, podem variar consideravelmente de uma região para outra (MANZKE; GONZALES; JESUS, 2018, p. 167).

A partir destas pesquisas, pode-se perceber que o folclore faz parte da cultura popular e que passa de geração em geração, sendo importante de ser trabalhado na sala de aula e valorizando as diferentes culturas, sejam elas: nacionais, regionais, locais ou familiares.

Todos os artigos selecionados sobre Educação Musical e Folclore trouxeram importantes apontamentos sobre as duas temáticas considerando a relevância que ambas têm, principalmente, na educação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico deste projeto buscou-se trazer referenciais acerca das fases de desenvolvimento humano na infância, currículo e ensino na Educação Infantil, sobre a Educação Musical na infância, a formação em Educação Musical para professores unidocentes, sobre conceitos e músicas relacionados ao Folclore e sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento pleno de crianças de até cinco anos de idade. Nesta fase da vida são englobadas, de forma integral, o desenvolvimento de habilidades e competências, levando em consideração seus aspectos psicológicos, físicos, sociais e intelectuais, e é um complemento da educação recebida pela família em que as mesmas estão inseridas.

3.1.1 Fases do Desenvolvimento Humano na infância

As fases do desenvolvimento humano são abordadas por Piaget (1978), afirmando que o desenvolvimento tem quatro estágios cognitivos, entre eles estão: o sensório motor, o pré-operacional, o operacional concreto e o operacional formal. Cada estágio corresponde a uma faixa etária, e têm determinadas características conforme o desenvolvimento.

O primeiro estágio é o sensório motor, que abrange a faixa etária de zero a dois anos de idade. Neste estágio, o bebê está começando a conhecer o mundo, é uma fase de descobertas, através dos movimentos, sensações e com o contato com o mundo exterior. O bebê aprende através da linguagem e dos gestos das pessoas que o cercam, além de aprenderem a nomear pessoas e objetos. Dá sentido e manipula objetos, assim como consegue manter a permanência do objeto.

O segundo estágio é o pré-operacional, que abrange de dois a sete anos de idade. Neste estágio, as crianças possuem uma capacidade de pensar de forma simbólica, conseguem representar objetos através das palavras e imagens. A imaginação e a memória se tornam cada vez mais desenvolvidas, e já conseguem

compreender algumas ideias básicas, tais como: o presente, o passado e o futuro. Sendo um marco forte desta fase o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

O terceiro estágio é o operacional concreto, dos sete aos onze anos de idade. Neste estágio começa o pensamento lógico e mais concreto e a noção de conservação dos objetos. Porém nesta fase existe uma certa dificuldade de discernir sobre o abstrato e o hipotético, pois costuma seguir o raciocínio lógico.

O quarto e último estágio é o operacional formal, a partir dos doze anos de idade. Este estágio tem início na adolescência, quando surge a capacidade de discernimento do pensamento hipotético, abstrato, do raciocínio lógico formal e dedutivo. Neste estágio a pessoa já consegue resolver problemas, planejar e ser capaz de discernir o certo e o errado, de acordo com a sociedade em que está inserido.

Após a breve explicação sobre cada um dos estágios cognitivos de Piaget (1978), e que se relaciona à Educação Infantil, volta-se o foco aos dois primeiros estágios, o estágio sensório motor (zero a dois anos) e o estágio pré-operacional (dois a sete anos).

Desde bebê, a criança desenvolve diversas habilidades e competências, de acordo com a sua capacidade de raciocínio e aprendizagem, inerentes ao ser em desenvolvimento que é. O bebê, segundo Piaget (2007), tem um desenvolvimento mental desde que nasce até ao aprendizado da linguagem, isto faz parte da evolução humana e psicológica. Inicialmente, o bebê pega todos os objetos e traz para si a fim de conhecê-los; depois, aprende a nomeá-los e a entender as funções dos mesmos. Tudo isto faz parte do processo de evolução desta criança.

Inicialmente a criança é egocêntrica, preocupando-se, apenas consigo mesma, acreditando que tudo pertence a si mesma, mas ao decorrer de seu desenvolvimento consegue perceber que existe também o outro, que esta interação é importante para a formação de sua identidade.

Tanto no estágio sensório motor quanto no estágio pré-operacional a criança passa por aprendizagens, mas, é no estágio pré-operacional que a criança desenvolve mais a imaginação, e é aí que entra bastante o lúdico como um meio facilitador das aprendizagens na infância.

Com base na teoria de Piaget pode-se afirmar que as fases do desenvolvimento humano, principalmente as citadas anteriormente, fazem parte do desenvolvimento da infância e do currículo e ensino na Educação Infantil, sendo assim Piaget tem um

importante papel nesta etapa de ensino, pois mostra através da sua teoria as potencialidades destas faixas etárias sendo possível observar como estas podem ser colocadas em prática na Educação Infantil.

3.1.2 Currículo e Ensino na Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo uma das etapas mais importantes da infância, atende crianças até os cinco anos de idade, sendo dividido em três etapas de ensino: berçário, maternal e pré-escola. Todas estas etapas são atendidas pedagogicamente por professores formados em Magistério (Curso Normal), ou com Licenciatura em Pedagogia, sendo que nas duas primeiras, normalmente, possuem auxiliares de Educação Infantil dependendo da quantidade de educandos.

Na Educação Infantil o ensino trabalha com conceitos de cuidar e educar, pois ambos são indissociáveis e fazem parte desta etapa escolar. Segundo Forest (2003, p. 2),

A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

Partindo deste pressuposto é possível perceber que realmente cuidar e educar andam juntos na Educação Infantil, não que a escola deva fazer o papel das famílias nestes quesitos, mas ampliar de certa forma os aprendizados das crianças que ainda são seres que estão formando suas identidades e personalidades.

O cuidar e o educar referem-se ao ensino-aprendizado das habilidades, das competências, da convivência e do respeito ao próximo, sendo muito importante estes para que as crianças se desenvolvam integralmente e que aprendam a ter valores morais e éticos

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998), menciona sobre qual o cuidado deve ter com as crianças nesta etapa de ensino, afirmando que

[...] o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998, p. 24).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil trazem a importância de trabalhar com as práticas pedagógicas relacionadas a música garantindo experiências que “favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical” (BRASIL, 2010, p. 25) e que “promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura” (BRASIL, 2010, p. 26).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), são direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Estes direitos ao serem estimulados pelos professores com as crianças, buscam com que tenham experiências com a natureza, com a cultura e que possam conhecerem a si próprios como sujeitos inseridos em um grupo integrado.

Além destes direitos, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), traz cinco campos de experiências que fazem parte da Educação Infantil, são eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Ambos os campos de experiências buscam trazer sugestões de atividades para serem trabalhadas na Educação Infantil.

Resumidamente trarei um pouco sobre cada um destes campos de experiências da BNCC, (BRASIL, 2017), com as propostas a serem trabalhadas nesta etapa de ensino:

- O eu, o outro e o nós: interação entre adultos e crianças; experiências individuais, sociais e coletivas; cultura; experiências em que a criança reconheça e valorize a sua identidade e que respeite as diferenças das outras pessoas;
- Corpo, gestos e movimentos: exploração do corpo através dos movimentos; música, dança e teatro; estimulação dos sons com o corpo;

- Traços, sons, cores e formas: manifestações artísticas e culturais; artes visuais; música; ampliação de repertórios; estímulo da expressão e da criatividade;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação: ampliar o vocabulário; experiências com a literatura infantil; estímulo da linguagem e do pensamento;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: experiências de observação; manipulação de objetos; conhecer a natureza, as plantas, o meio em que vive.

Levando em consideração os direitos de aprendizagens e os campos de experiências para a construção do currículo da Educação Infantil, os professores conseguem articular os saberes dos educandos com os conhecimentos culturais, sociais e artísticos da sociedade, buscando o desenvolvimento integral dos mesmos.

Além disso, na Educação Infantil o currículo e o ensino buscam contemplar todas as áreas do conhecimento de forma ampla, nos quais as crianças possam desenvolver a linguagem oral, a motricidade, a coordenação motora, o canto, as brincadeiras que estimulam em diversos quesitos tanto na área de linguagens quanto da matemática e das artes.

3.2 EDUCAÇÃO MUSICAL

A Educação Musical é um campo de estudo que tem como referência o ensino-aprendizado da Música, sendo que no Brasil existe a Lei nº 11.769/2008 que determina a obrigatoriedade do ensino da música na escola em todas as etapas da Educação Básica em escolas públicas e particulares, a mesma deve ser trabalhada de forma integrada aos conteúdos curriculares. A partir da Lei nº 11.769/2008 foi elaborada e aprovada a Resolução CNE/CEB nº 2/2016 (BRASIL 2016), que define as diretrizes para a operacionalização do ensino da música na Educação Básica. Deste modo, a presença da música na escola é regulada por lei.

3.2.1 Educação Musical na Infância

Na Educação Infantil a música costuma estar presente diariamente nas rodinhas, na rotina, nas atividades escolares, enfim, faz parte da infância escolar desde a primeira etapa de ensino.

Sendo assim, a Educação Musical na infância faz parte da construção do conhecimento pedagógico-musical das crianças, despertando o desenvolvimento do repertório musical infantil, contribuindo na expressão artística e criativa, podendo ser utilizada em diversos momentos, pois a mesma faz com que as crianças possam desenvolver de forma lúdica a criatividade e a linguagem oral.

Segundo Brito (2007) as crianças têm uma relação com a música de forma intuitiva e natural, pois a música faz parte do dia a dia das pessoas. Na Educação Infantil as experiências sonoras-musicais ampliam as possibilidades das descobertas infantis. As crianças se relacionam com a música constantemente, seja através do canto ou da exploração de instrumentos musicais ou outros objetos sonoros. As crianças exploram os sons do próprio corpo, descobrindo que são capazes de produzir sons com as mãos, com os pés, com a boca, entre outros. Segundo Brito (2007)

À interação com o ambiente sonoro ouvindo os sons do entorno, produzindo sons vocais, corporais e com materiais diversos [...] se agrega o contato com produtos musicais estabilizados segundo os modelos da cultura em questão. E no curso da infância emergem ou podem emergir experiências de ordens diversas: da vivência intuitiva, do contato direto com o fenômeno do som, da produção experimental, à aprendizagem sistematizada e ao reconhecimento e reprodução de modelos musicais (p. 68).

A música é inventada, reinventada e memorizada desde a infância. As crianças criam músicas constantemente, mesmo sem perceber, mas a mesma faz parte do dia a dia nesta fase tão rica em aprendizagens sonoras.

Sendo assim, Brito (2019) argumenta que a música permite desenvolver a escuta, com os sons, com a experiência, com a criação e com a educação, ambos associados a uma aprendizagem amplamente significativa na aprendizagem infantil. Desde o início da fala, as crianças já fazem uma improvisação na construção de novas palavras e frases e segundo Brito (2019, p. 75) “o mesmo ocorre com relação ao fazer musical que, sem dúvida, também poderá se desenvolver, se houver estímulos nesse sentido”. O fazer musical tem ligação com a escuta, a produção entre o silêncio e o som, assim a produção de sonoridades e a experiência com instrumentos musicais ou não faz parte da construção da música, sendo as crianças as construtoras deste processo musical.

Em relação ao som e o silêncio, pode-se perceber que ambos estão presentes no cotidiano das crianças, pois o som é encontrado em tudo que possa produzir uma sonoridade, seja um instrumento musical, um objeto, um pássaro ou o próprio corpo.

Porém, o silêncio é a ausência do som, mas, se for escutado atentamente, poderão ser percebidas vibrações que, pensando amplamente, seriam sons nesta ausência sonora.

Brito afirma que a exploração musical como um jogo deve ser integrada de forma que “cantar e tocar; inventar, compor e repetir diferente; construir instrumentos e objetos sonoros; registrar os sons; dançar; movimentar-se; refletir e, sempre, transformar” (BRITO, 2019, p. 23-24). A autora explica como é construído o processo de sonoridade através de exercícios, experiências e a escuta do fazer musical na infância, principalmente na educação e no âmbito familiar. Desta forma, pode-se perceber que a música faz parte de um jogo, um jogo musical que traz a escuta, a experimentação, o silêncio e a transformação no processo educacional.

Trabalhar com sons, com o canto espontâneo das crianças enriquece o vocabulário infantil, contribui para a fala e para a comunicação. Uma história infantil pode ser transformada em música, como afirma Brito (2003):

É possível sonorizar histórias, conto de fadas, livros com imagens e paisagens sonoras diversas e desenhos de animais. Também podemos inventar, junto com as crianças, composições que utilizam diferentes sons vocais, sonorizando vocalmente diferentes formas gráficas, etc (p. 89).

A criação de sonorizações faz parte do lúdico, estimulando o imaginário infantil e faz com que as crianças desde pequenas sintam prazer em trabalhar com a música de forma criativa. A música faz parte do desenvolvimento na infância trazendo diversas contribuições tanto orais quanto corporais. Estimula a linguagem, a criatividade, as experiências, sendo extremamente importante de ser bem trabalhada desde a infância.

3.2.2 Formação em Educação Musical para Professores Unidocentes

A música pode ser trabalhada em todas as etapas de ensino, porém durante a Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, normalmente, quem trabalha com a música são professores unidocentes ou generalistas. Segundo Figueiredo (2003), “o professor generalista não precisa ser matemático, apesar de lidar com matemática; não precisa ser cientista, apesar de lidar com ciência; não

precisa ser um escritor, apesar de lidar com a língua. Por que este professor deveria ser artista para lidar com arte?” (FIGUEIREDO, 2003, p. 23).

Segundo a teoria de Figueiredo (2003), o professor unidocente faz uma mediação na aprendizagem das crianças em várias áreas do conhecimento, o mesmo deve trabalhar com o ensino da matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia e também artes, de forma interdisciplinar, ou seja, não precisa ter uma formação específica para trabalhar cada disciplina, mas deve trabalhar de forma global, inserindo a música em suas aulas, porém muitas vezes esta é deixada de lado ou trabalhada apenas em datas comemorativas.

Na Educação Infantil deve ser trabalhada a música como uma proposta de ensino que leve em consideração que a música é uma área do conhecimento que tem uma linguagem própria, um sistema de símbolos, de experimentações e de experimentações que levem em conta que os sons e o silêncio fazem parte de um saber musical.

Segundo Bellochio (2000), “os profissionais da educação podem ampliar seus conhecimentos musicais e posicionar-se, de modo ativo e crítico, em relação ao ensino de Música na escola, entendendo-o em contexto socioeducacional mais amplo de escolarização” (BELLOCHIO, 2000, p. 364).

Mesmo sabendo dessa carência de formação na área da Educação Musical nos cursos de formação de professores, “é necessário que aconteça uma maior adequação sobre os objetivos das artes na formação das crianças, e conseqüentemente na formação de professores generalistas” (FIGUEIREDO, 2003, p. 24).

É importante que as práticas unidocentes com a música sejam mais exploradas, não sendo trabalhada apenas de forma superficial. Portanto, é muito importante a formação continuada em relação a esta área.

3.3 FOLCLORE

O Folclore é um conjunto de tradições e de manifestações populares. São características do Folclore, segundo Wolffenbüttel (2019): a aceitação coletiva, a tradicionalidade, a funcionalidade e a dinamicidade.

Segundo Cascudo (1967), os estudos do folclore remetem às narrativas tradicionais (contos populares), costumes tradicionais (costumes locais), superstições, crenças e linguagem popular.

3.3.1 Conceitos sobre Folclore

No dia 22 de agosto de 1846 a palavra folclore foi usada pela primeira vez por Willian John Thoms referindo-se aos costumes e crenças populares, sendo que a palavra “folk” com o sentido de povo e “lore” de saberes tradicionais do povo.

A palavra folclore no Brasil escreve-se "Folclore". O Folclore é constituído por tradições, manifestações populares, mitos, lendas, danças e provérbios, também passa de geração em geração através dos costumes ou da sabedoria popular.

Em 1951 foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Folclore no Rio de Janeiro, neste congresso foi elaborada uma carta sobre Folclore¹, trazendo conceitos e recomendações sobre a temática. Esta carta considerou o que constituem os fatos folclóricos da seguinte forma: “constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular ou pela imitação”.

Em 1995 foi realizado em Salvador na Bahia o VIII Congresso Brasileiro de Folclore², neste congresso foram revistos alguns conceitos e ideias trazidos na primeira Carta do Folclore Brasileiro, onde foi caracterizado o Folclore como,

Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos. (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995, p. 1).

Por meio desta Carta do Folclore Brasileiro é possível ter um entendimento que o Folclore e o fato folclórico criado pelo povo, sendo que este povo possui suas crenças, superstições, receitas de remédios caseiros, provérbios e ditados populares, sendo assim o Folclore faz parte das vivências diárias de um povo.

¹ Carta do Folclore de 1951 em anexo A.

² Carta do Folclore de 1995 em anexo B.

O Folclore não faz parte apenas do passado, ele está presente no dia a dia das pessoas, na construção da história de uma cidade, de um estado, de um país e na nossa própria história.

O Folclore sofre influências globais através da cultura de massa, porém,

[...] a cultura de massas jamais afetarão o homem, no sentido de transformá-lo em um autômato. Sem dúvida, modificar-se-á, como sempre se modificou, mas continuará a manter o aspecto de sua personalidade, marcado pela criatividade e constituído espontaneamente nas relações ou comunicações que mantém com seus semelhantes, vivendo a vida social nas cidades e nos campos e, portanto, produzindo folclore” (LIMA, 2003, p. 232).

As influências globais não fazem com que o Folclore seja extinto, mas assim como já tem ocorrido, passa por modificações e algumas alterações de acordo com o meio em que está inserido.

De acordo com Garcia (2000, p. 16) “o folclore é constituído pelos saberes selecionados como elementos valiosos e identificadores de cada povo”.

E os fatos folclóricos levam em consideração o anonimato, a aceitação coletiva, que é quando o povo aceita um fato, podendo modificar o mesmo ou não, mas aceitos pelo coletivo.

O Folclore faz parte da infância, seja através das brincadeiras, das músicas, ou das rodas cantadas. Como afirmam Inocenti e Orso (2007, p. 8)

[...] o significado de Folclore é o próprio Imaginário Infantil. São os brinquedos e as brincadeiras, as estórias e as canções, e muito além. São as linguagens infantis, sua ludicidade e suas relações com o mundo dos objetos e das coisas. Mais ainda do que tudo isto, sendo seu próprio universo subjetivo, seu ser.

Sendo assim o Folclore na infância contribui no desenvolvimento das próprias crianças em relação ao resgate da memória histórica cultural, fazendo com que o Folclore continue vivo de geração em geração. Sendo assim,

O folclore, fato social, é uma coisa viva, sujeita aos processos normais dos fatos da sociedade, e, portanto, capaz de nascimento, desenvolvimento e morte. Folclore é o que existe e não que existiu ou deixa de existir. Não há notícia nem exemplo de fato folclórico em que não se misturem as mais variadas influências, como não há caso em que o fato folclórico, neste ou naquele ponto, não tenha sofrido adulterações, decorrentes das circunstâncias especiais do ambiente físico e social. (CARNEIRO, 1965, p. 136).

Segundo Della Monica (1989, p. 25) “o fato folclórico está na sua ou na minha casa, nas escolas, nas ruas, nos escritórios, nas redações dos jornais, nos teatros, nas tevês. Ele está junto da gente, dentro da gente”.

O Folclore pode ser um tema inserido na educação ao longo do ano, valorizando a cultura que cada criança traz junto com a sua história, valorizando a herança folclórica de cada uma e de suas famílias, da sua comunidade, do seu município, pois em tudo está inserido o Folclore.

3.3.2 Músicas Folclóricas

As músicas folclóricas são músicas populares, tradicionais, que fazem parte da cultura popular, do Folclore, de um determinado povo ou região. Essas são transmitidas de geração a geração, seus autores são anônimos e ninguém sabe ao certo como e quando surgiram, o que se sabe é que existem versões diferentes de acordo com o local em que estão inseridas.

Wolffenbüttel (2019) fez uma pesquisa sobre Folclore e música folclórica e nesta pesquisa são trazidas ideias de músicas que são consideradas folclóricas pelos alunos que participaram da pesquisa da autora.

Segundo Wolffenbüttel (2019) são consideradas músicas folclóricas as cantigas de ninar, tais como dorme nenê e brilha, brilha estrelinha; as rodas cantadas: ciranda cirandinha, atirei o pau no gato, marcha soldado, pézinho, da abóbora faz melão, caranguejo, entre outras; brincadeiras como amarelinha e adoleta também faz parte do Folclore. Ambas as músicas e brincadeiras fizeram parte da infância de muitas crianças e ainda fazem hoje em dia.

É comum nas escolas de Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental os professores cantarem com seus alunos as rodas cantadas, as músicas folclóricas e fazer as brincadeiras consideradas antigas, mas que são tão atuais e estão tão presentes cotidianamente.

Segundo Wolffenbüttel (2019, p. 111)

Várias são as possibilidades de o folclore se apresentar no dia a dia dos alunos e das pessoas em geral. Porém, na maioria das vezes, as pessoas não conseguem relacionar suas práticas diárias, oriundas de sua cultura experiencial, a fatos folclóricos, pois as visões subjacentes às suas opiniões baseiam-se em ideias do folclore como uma cultura antiga, tradicional, que eles não vivenciam.

Com base nas concepções de Wolffenbüttel (2019) pode-se perceber que o Folclore está inserido nas vivências diárias das crianças e isto deve ser valorizado pela escola.

Com base nos referenciais teóricos, entende-se que tanto a Educação Musical quanto o Folclore são temas relevantes na educação. Ambos os referenciais abordados neste projeto irão contribuir para a posterior análise dos dados da pesquisa.

3.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é, segundo Veiga (1996, p. 14):

O projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade [...] importante ressaltar que o projeto político pedagógico da escola na sua globalidade. (VEIGA, 1996, p.14).

Para a construção de um PPP normalmente são seguidas sete etapas, segundo Veiga (1996, p.110-111) que são: análise da situação, definição dos objetivos, escolha das estratégias, estabelecimento de um cronograma, coordenação entre os diferentes profissionais, implementação, acompanhamento e avaliação.

O PPP é construído pela equipe diretiva das escolas em conjunto com os docentes, funcionários, pais e alunos. No caso como é na Educação Infantil, os alunos não são ouvidos, mas os pais os representam através de reuniões e conselhos escolares.

De acordo com Veiga (1996), através do PPP é definido o currículo da escola e é caracterizada a identidade desta de acordo com a realidade da comunidade escolar. Este documento traz autonomia para as escolas, onde são estabelecidas as propostas escolares, os objetivos e traz características próprias de cada instituição.

O PPP, segundo Vasconcellos (2000) deve se basear em uma estrutura articulada de três níveis, que são: planejamento, plano de ensino e plano de aula. Estes três níveis devem ter coerência um com o outro, levando em consideração a comunidade escolar e os conhecimentos prévios dos alunos.

O planejamento da escola traz, uma dimensão geral da escola, incluindo a gestão administrativa, pedagógica, recursos financeiros e humanos, bem como os objetivos educacionais. O plano de ensino traz os conteúdos, os meios de avaliação e os objetivos gerais que se espera alcançar. Já o plano de aula é direcionado a cada turma de acordo com a faixa etária e os conteúdos que devem ser trabalhados com objetivos específicos, segundo Vasconcellos (2000).

O PPP também tem como finalidade ter um eixo norteador no processo de ensino-aprendizagem da escola, definindo metas, estratégias e objetivos que buscam ser alcançados de acordo com as necessidades de cada instituição.

É importante ressaltar que o PPP deve ser atualizado periodicamente e construído em consonância com as mudanças que vão acontecendo na instituição de ensino e por isto deve ser revisado e atualizado sempre que necessário.

A gestão escolar deve ser democrática, levando em consideração o que pensam seus docentes e os conhecimentos prévios tanto da equipe escolar (equipe administrativa, pedagógica e alunos), por isto Vasconcellos (2019, p. 88) afirma que deve-se “fazer a escola funcionar pautada num projeto coletivo”.

Cada escola tem seu próprio PPP de acordo com a sua realidade escolar e,

Por razões pedagógicas e técnico-administrativas inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, reforçam-se hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político-pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas, fundamentalmente, de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorializado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, de sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos. (VEIGA, 1996, p. 37).

Além disso, segundo Veiga (1996) “o desafio que representa o projeto pedagógico traz consigo a exigência de entender e considerar o projeto como processo sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos” (p. 38).

4 METODOLOGIA

Neste capítulo busca-se descrever detalhadamente sobre a metodologia, incluindo a abordagem, o método, a técnica para a coleta dos dados e a técnica para a análise dos dados. Além disso, traz a contextualização do local da pesquisa, reiterando os objetivos da mesma e como foram construídos os produtos.

Esta proposta de pesquisa teve por objetivo principal: Investigar como estão inseridos a Música e o Folclore nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da Educação Infantil da Rede Municipal de Osório-RS.

A metodologia desta pesquisa incluiu a abordagem qualitativa, a pesquisa documental como método, a coleta de documentos como técnica para coleta dos dados e a análise de conteúdo como técnica para a análise dos dados.

4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

Esta pesquisa é baseada na abordagem qualitativa, tendo caráter exploratório, baseia-se em interpretações de experiências. A abordagem qualitativa,

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 14).

Além disso,

Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tornar em consideração as experiências do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes [...] serem abordados por aqueles de uma forma ou outra (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, fontes que ainda não foram tratadas cientificamente e também não tiveram uma análise mais aprofundada sobre as suas informações.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, p.51).

Com a pesquisa documental é possível fazer uma análise qualitativa sobre uma determinada temática. As informações que são utilizadas devem ser verídicas e de fonte confiável com o intuito de obter resultados que tenham coerência com a realidade.

Na coleta de todos os documentos deve ser feito um refinamento dentro destes a fim de ter estabelecidos objetivos que devem ser analisados e assim ter uma seleção específica sobre o que se considera mais importante dentro de todos os materiais selecionados.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p.51).

A pesquisa documental tem como objetivo a compreensão de uma realidade, sendo que a pesquisadora tem por objetivo responder ao problema de pesquisa utilizando os documentos com o intuito de encontrar respostas para este problema.

A pesquisa documental é dividida em três etapas: pré-análise, organização dos documentos e a análise de resultados. Sendo assim, a pré-análise consiste na definição dos objetivos e as fontes a serem utilizadas; a organização dos documentos que é a organização e a classificação desses documentos; e a análise dos resultados que é a interpretação e conclusões dos documentos coletados dentro da perspectiva da temática da pesquisa.

Este método foi escolhido devido a escolha da fonte de pesquisa que foram documentos públicos municipais das escolas de Educação Infantil de Osório-RS, no caso os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Segue abaixo o mapa geográfico do Rio Grande do Sul, estado em que está inserido o município de Osório (RS):

Imagem 1: Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Pacievitch (s.a.).

Osório (RS) comparado a outros municípios gaúchos é um município pequeno, porém devido a ser um local bem estruturado é considerado um lugar tranquilo para lazer e moradia.

Logo abaixo trago uma imagem referente à vista panorâmica do município de Osório (RS).

Imagem 2: Vista panorâmica de Osório (RS)



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Osório (RS).

Osório (RS) tem muitas áreas verdes, preservando assim a sua natureza exuberante, esta é a vista do Mirante do Morro da Borússia, um dos pontos turísticos da região.

Segundo o *site* da prefeitura municipal de Osório (RS), historicamente o município se tornou conhecido no século XVII por lagunenses e paulistas que vinham em busca do gado. Em 1857 foi realmente reconhecido como um Município. Possui também museus que trazem um pouco desta história através de fotos e objetos antigos, mostrando a influência açoriana na região, também tem um casarão antigo que é utilizado como a biblioteca pública municipal. Por ser entre a capital e as praias, é um caminho de passagem para quem se dirige ao litoral gaúcho.

O Município de Osório é privilegiado em relação à natureza, o mesmo possui serra, lagoas e mar, dispõe de duas praias: Mariápolis e Atlântida Sul. A serra é formada por morros com uma área de proteção ambiental. Tem uma rede de 23 lagoas, sendo muitas interligadas a outros municípios. Conhecida como a Terra dos Bons Ventos devido ao vento forte na região e por isto foi escolhida para ter um dos maiores parques eólicos do mundo, tem 148 aerogeradores que geram em torno de 300 megawatts de potência.

Atualmente, Osório tem uma população de aproximadamente 40.000 mil habitantes, possui 663 km² de área territorial. É um Município com colonizações alemã, portuguesa, africana e italiana e suas múltiplas manifestações culturais são integradas à cultura de Osório. Na serra também está o Morro da Borússia, sendo que nele tem um Mirante que contempla a vista da cidade e das lagoas e é um dos pontos turísticos contemplado pela mata atlântica.

Em Osório (RS) há 24 escolas, sendo destas 11 municipais de Educação Infantil, nove estaduais, nove privadas e uma federal. Além disso, há universidades privadas com ensino presencial e algumas com ensino a distância e uma pública estadual.

Quadro 4: Escolas municipais de Educação Infantil de Osório

Escolas municipais de Educação Infantil de Osório
EMEI Bem-Me-Quer
EMEI Cantinho da Alegria
EMEI Criança Feliz
EMEI Laranjinha
EMEI I Leonel de Moura Brizola
EMEI Marino Pereira Braga
EMEI Mateus Closs – Estrelinha do Mar
EMEI Nossa Senhora da Conceição
EMEI Paraíso da Criança
EMEI Professora Cristina
EMEI Santa Luzia

Fonte: Documento Curricular do Município de Osório: Educação Infantil (2019, p. 6).

Com base em minha prática docente na Educação Infantil, posso afirmar que como as escolas de Educação Infantil de Osório (RS) são públicas, é necessário que os pais façam a inscrição das crianças pelo *site* da prefeitura na aba da Central de Vagas, ali nesta aba tem as datas das inscrições, documentos necessários, opções de turma integral ou parcial, os mesmos tem como escolher duas opções de escolas (como sugestão), orientações e também podem tirar dúvidas e informar problemas com o pedido de inscrição.

Após a inscrição, a criança vai para uma lista de espera e quando surge uma vaga em uma das escolas municipais os pais são informados e devem comparecer a escola que tem a vaga pretendida para fazer a matrícula da criança.

Existem algumas regras em relação ao horário de entrada e saída de cada escola, sendo que estas devem ser respeitadas e em relação a vaga, só é perdida em caso de cinco faltas consecutivas sem justificativa e oito intercaladas também sem justificativa.

As escolas de Educação Infantil de Osório (RS) pedagogicamente baseiam-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Município de Osório: Educação Infantil, sendo este último, um documento que é utilizado como

referência para os planejamentos das atividades pelas professoras de Educação Infantil do município.

As escolas nesta etapa de ensino atendem crianças de 0 a 5 anos, em turmas de berçários, maternais e pré-escolas. Sendo que as crianças que frequentam as turmas de berçário e maternal têm a opção de frequentar a escola em turma integral ou em turma parcial. De acordo com a opção desejada e a vaga disponível, a criança irá frequentar a escola em um determinado horário.

Além disso, os berçários e maternais possuem uma professora e dependendo da quantidade de alunos na turma, possuem uma ou duas auxiliares de Educação Infantil.

Já as turmas de pré-escola são turmas parciais, ou seja, frequentam a escola em apenas um turno e não possuem auxiliar, apenas uma professora.

Cada escola de Educação Infantil de Osório (RS) possui uma diretora e uma supervisora pedagógica, há exceções que possuem também uma vice-diretora, mas isto depende do número de alunos que a escola tem matriculados.

Foi escolhido o município de Osório - RS para ser feita a pesquisa por ser o meu município de nascimento, residência, trabalho e estudo, pois a sede da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) - Litoral Norte é também em Osório (RS).

4.3 TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa foi utilizada a técnica de coleta de documentos para a coleta dos dados.

A coleta de documentos é utilizada frequentemente em pesquisas científicas e leva em consideração “a consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais (arquivos particulares reunindo originais), sendo esta última categoria mais rara e realizada apenas quando o acesso é permitido ao pesquisador” (MOREIRA, 2008, p. 270).

A análise de documentos,

[...] consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a

localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (MOREIRA, 2005, p. 18).

Buscou-se coletar o Projeto Político Pedagógico de cada uma das onze escolas municipais de Educação Infantil de Osório (RS) e o Documento Curricular do Município de Osório: Educação Infantil, com o objetivo de encontrar se tem algo a respeito da Educação Musical e do Folclore e, caso tenha, o que os mesmos trazem sobre estas duas temáticas.

4.4 TÉCNICA PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A técnica que foi utilizada na presente pesquisa é a técnica de análise de conteúdo, baseada na teoria de Moraes (1999).

A análise de conteúdo é utilizada para interpretar e descrever o conteúdo da coleta de dados, sendo eles recebidos de forma bruta e com necessidade de análise para facilitar na compreensão dos mesmos.

Segundo Moraes (1999, p. 2):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Moraes (1999) divide em cinco etapas, sendo elas:

- Preparação das informações: é necessário que o pesquisador leia todos os materiais coletados e selecione quais estão de acordo com a pesquisa;
- Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades: reler todos os materiais selecionados e separar por “unidade de análise”;
- Categorização ou classificação das unidades em categorias: separar em categorias de acordo com os dados coletados;
- Descrição: descrever cada categoria produzindo um “texto síntese”
- Interpretação: interpretar os dados coletados de forma mais aprofundada.

Além disso, especialmente na abordagem qualitativa, esta técnica deve seguir as seguintes etapas: preparar as informações obtidas na coleta de dados, transformar em conteúdo, após em categorias serem descritas e interpretadas.

Esta técnica de análise dos dados foi definida porque a análise de conteúdo, segundo Moraes (1999) “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo” e “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 2).

Após a coleta dos dados da pesquisa, que foi através da coleta de documentos, esse material constitui dois cadernos de pesquisa: o Caderno dos Documentos (CD) e o Caderno de Categorias (CC).

O caderno dos documentos contém o Documento Curricular Municipal da Educação Infantil de Osório e os Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola de Educação Infantil municipal de Osório (RS). Este caderno faz parte da preparação das informações de acordo com Moraes (1999), após foram transformados em unidades, categorizados, descritos e interpretados.

Já o Caderno de Categorias foi elaborado a partir do Caderno dos Documentos, porém no Caderno de Categorias foram trazidos trechos dos PPP's, de acordo com as temáticas do Folclore e da Música a fim de apresentar os dados para esta pesquisa.

Ao fazer a análise dos dados dos onze PPPs foram preservados os nomes das escolas nesta pesquisa, sendo utilizadas letras do alfabeto para nomeá-las a fim de não expor ou identificar as mesmas.

Além disso, foram construídos três produtos relacionados às temáticas da Educação Musical e do Folclore, que foram:

- Um encontro do Curso: “Educação Musical e Docência”;
- Saraus relacionados ao Folclore;
- Um *E-book* com propostas pedagógicas de atividades, jogos, canções e brincadeiras direcionado a Educação Infantil, e, também, as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Estes produtos buscam contribuir para as práticas pedagógicas escolares de professores sobre a Educação Musical e o Folclore. Sendo que a construção do Curso e do Saraus foram a partir de encontros com os Grupos de Pesquisa da Uergs. Já o *E-book* traz propostas pedagógicas com base em minhas práticas docentes em sala de aula tanto com a Educação Infantil quanto com o Ensino Fundamental.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização desta pesquisa que objetivou saber se a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos PPP das escolas municipais de Educação Infantil de Osório-RS, passo a apresentar os dados coletados e analisá-los à luz do referencial teórico escolhido e apresentado anteriormente.

Os dados coletados foram organizados e resultaram em duas categorias que são: Folclore e Cultura, e, Educação Musical e Música, as quais apresentarei e analisarei a seguir.

5.1 FOLCLORE E CULTURA

Esta categoria caracterizou-se por incluir os dados sobre o folclore e a cultura, os quais se encontram nos PPPs das escolas. Ao analisar este material, observou-se que, na maioria das vezes, o folclore não é referido nominalmente, aparecendo, ao invés dele, o termo cultura. Pode-se constatar esta afirmação em alguns dos PPPs, que referem, por exemplo, o objetivo de “valorizar a cultura local através do contato com histórias, lendas, festividades e costumes” (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 9). Outro dado coletado em outro PPP refere, também na perspectiva de objetivo, “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 12).

Ao analisar estes dados, é pertinente refletir sobre o campo de conhecimento do folclore. A este respeito, Garcia (2000) explica:

Compreender o folclore exige uma aproximação a este campo de conhecimento, respeito pelo homem e sua cultura, atitude positiva em relação ao que é necessário documentar para a posteridade. É preciso ter uma visão integrada da cultura, a fim de compreender-se que cada cultura é uma totalidade e suas partes entrelaçam-se numa dinâmica com potenciais distintos e cujo conhecimento é imprescindível para formulação de políticas culturais e planos de ação educativa. (GARCIA, 2000, p.20).

Ainda, há dificuldades de efetivamente inserir o folclore, em todas as suas dimensões e possibilidades, tanto de vivências quanto de possibilidades pedagógicas no contexto escolar. A este respeito, a Carta do Folclore de 1995 diz que é importante

"ênfatizar a importância da participação de portadores de folclore nas atividades de ensino/aprendizagem em todos os níveis".

Lima (2003), ao tratar de definições sobre a cultura, argumenta:

Cultura pode ser definida como a expressão do sentir, pensar, agir e reagir do homem, como membro de uma sociedade [...] A cultura, que se poderia dizer, existe na comunicação, e, portanto, falar-se em comunicação folclórica, como querem alguns, parece-nos uma redundância; manifesta-se, principalmente, em duas modalidades. Uma procede do ensinamento direto, ministrado através das organizações intelectuais - escolas, academias, universidades, igrejas, imprensa, cinema, etc. -, e denomina-se *cultura erudita*. Outra é aprendida indiretamente na vivência da sociedade, na troca de experiências do homem com seu semelhante, desde o nascimento até a morte, e chama-se *cultura espontânea*. (LIMA, 2003, p. 105).

Todavia, também é possível analisar os dados coletados nos PPPs, por outra perspectiva. Apesar de não ser mencionado explicitamente o termo folclore, é possível observar a referência a diversas manifestações que fazem parte do campo de abrangência do folclore. É o que se pode observar em algumas menções às brincadeiras cantadas, jogos e demais atividades lúdicas infantis coletadas nos PPPs:

Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias [...] Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas [...] (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 10).

Neste sentido, salienta-se a importância de os PPPs incluírem em seus objetivos e demais aspectos do planejamento as possibilidades do folclore, em todas as suas diversas e ricas manifestações. A respeito da inserção do folclore na escola, Wolffenbüttel (2019) afirma:

As propostas de inclusão do folclore no ensino escolar não surgiram recentemente no Brasil. A Carta do Folclore Brasileiro de 1951 já propunha a introdução dos diversos conteúdos do folclore no trabalho pedagógico. Essa proposição contemplava toda a escolaridade que hoje representa a educação básica e o ensino superior. (WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 44).

Então, esta categoria caracterizou-se por incluir elementos do folclore e da cultura, pois muitas vezes estes conceitos são confundidos quanto ao seu significado, porém o Folclore faz parte da cultura dentro da diversidade cultural da sociedade. Segundo Garcia (2000):

O folclore é constituído pelos saberes populares selecionados como elementos valiosos e identificadores de cada povo. As diversidades regionais marcam as características predominantes das maneiras de pensar, viver e agir; indicam os padrões culturais aceitos pela maioria dos habitantes; mostram as habilidades desenvolvidas, as soluções criadas/encontradas para resolver seus problemas; evidenciam a adaptação ao meio ambiente e os condicionamentos determinantes deste ou daquele modo de vida. Situam a comunidade no tempo e espaço; apresentam as contribuições étnicas recebidas, numa integração peculiar e, para o grupo, sempre natural e harmoniosa. (GARCIA, 2000, p. 16).

Analisando os 11 PPPs, observou-se que nenhum menciona o termo folclore, o que comprova que ainda o folclore não tem sido utilizado adequadamente nos PPPs. Porém, observou-se a existência de menções ao termo cultura, que de toda maneira não é o conceito de folclore, mas é o que tem sido apresentado, pois entende-se que cultura é um conceito mais abrangente e que, inclusive, abarca as manifestações folclóricas. Neste sentido, Garcia (2000, p. 20) afirma:

Compreender o folclore exige uma aproximação a este campo de conhecimento, respeito pelo homem e sua cultura, atitude positiva em relação ao que é necessário documentar para a posteridade. É preciso ter uma visão integrada da cultura, a fim de compreender-se que cada cultura é uma totalidade e suas partes entrelaçam-se numa dinâmica com potenciais distintos e cujo conhecimento é imprescindível para formulação de políticas culturais e planos de ação educativa.

O termo cultura é mencionado nos PPP das escolas de diversas formas. Na maioria das vezes traz o termo cultura no currículo; mas, outras vezes aparece ou no marco referencial, ou doutrinal, ou ao longo do PPP, nas políticas e estratégias, sempre buscando articular o conhecimento dos discentes com a cultura infantil, através das brincadeiras e atividades, que devem ser desenvolvidas de acordo com seus projetos pedagógicos.

A esse respeito, Garcia (2000) contribui explicando sobre o campo de abrangência do folclore, tendo em vista a importância deste aprendizado. Para a autora:

O campo de estudo do folclore é o da cultura tradicional, aprendida inicialmente nas vivências com os familiares e, mais tarde, com os grupos sociais com os quais interagimos. Estuda-se em Folclore, tanto as manifestações materiais, como as não materiais. Entende-se como cultura material fatos folclóricos que envolvem artefatos, objetos, imagens, altares, bandeiras, etc. Por não materiais, compreende-se os fatos voltados aos

aspectos espirituais e ao comportamento dos indivíduos. Há manifestações que possuem aspectos materiais e não materiais (GARCIA, 2000, p. 19).

A escola F traz o termo cultura no seu currículo com o objetivo de “valorizar a cultura local através do contato com histórias, lendas, festividades e costumes”. Já a escola L o traz inserido no currículo também, mas esta escola se baseia no Referencial Curricular Gaúcho, no qual o mesmo articula os conhecimentos das crianças com o “patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” e, ainda, traz a importância de um bom planejamento do professor, com o intuito de auxiliar a criança a compreender o mundo que a cerca.

Segundo Garcia (2000, p. 35), “utilizar o folclore no ensino é trazer a sabedoria popular para a sala de aula, como objeto de estudo, ou como meio ilustrativo de situações de vida”.

A escola G traz, baseada na BNCC, que um dos objetivos que devem ser trabalhados na Educação Infantil relacionado à cultura é a manifestação, o interesse e o respeito pelas diferentes culturas e seus modos de vida.

É importante que o Folclore seja trabalhado nos espaços escolares e, na Educação Infantil, esta necessidade fica mais alargada. Nesta perspectiva Wolffenbüttel *et al.* (2019) comentam:

Os saberes, as manifestações, os costumes, enfim, as diversas formas pelas quais a cultura das pessoas se apresenta, constitui esse cabedal de conhecimentos que um povo possui. O folclore, portanto, é uma das dimensões que constitui a cultura desse povo. Considerando-se que o folclore faz parte da vida e da cultura das pessoas, entende-se que este seja algo que deva fazer parte do planejamento escolar. (WOLFFENBÜTTEL *et al.*, 2019, p. 69).

Sendo assim, a cultura e o folclore são conteúdos que estão dentro da Educação Infantil, então pode se afirmar que o folclore mesmo não sendo mencionado em nenhum PPP diretamente com esta nomenclatura está inserido dentro da cultura popular nas escolas, pois ambas as escolas buscam em seus PPP valorizar as diferentes culturas dos discentes da Educação Infantil seja através dos conhecimentos prévios destes ou através de atividades, brincadeiras e jogos com interações entre eles e instigando a valorizar as diversidades existentes culturalmente.

Sendo assim, Garcia (2000) ratifica o pensamento acerca da presença do folclore na vida das pessoas. Para a autora:

Todos os indivíduos são portadores de folclore. No cotidiano, cada pessoa pratica ações que foram aprendidas por tradição, ou seja, fazem parte da herança cultural legada pelas gerações que a precederam. Na sua linguagem coloquial, estão presentes as características do falar de sua região, bem como expressões gestuais que incorporou, sem sentir, e que facilitam sua comunicação. O folclore existe em todas as classes da sociedade, está entre o povo iletrado, chega às camadas eruditas; influi e motiva as letras e as artes. (GARCIA, 2000, p. 20).

Mesmo não trazendo o termo folclore em seus PPPs, o mesmo aparece em alguns elementos como as cantigas de rodas, as brincadeiras, sendo que estes fazem parte do campo de abrangência do folclore, sendo assim, muitas vezes não se encontra o termo específico “folclore”, mas encontram-se formas de o folclore se apresentar, assim como se apresenta em um dos PPPs: “É na brincadeira e interações que se manifesta a cultura infantil, também nos momentos que envolvem o cuidado com a alimentação, a higiene e demais afazeres da rotina” (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 14). Além disso, também “explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias” (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 9).

O Folclore está presente na nossa linguagem, na literatura, nas expressões utilizadas por um povo.

O Brasil, por ser um país miscigenado, tem a influência folclórica de diversos povos, sejam eles indígenas, africanos, italianos, portugueses, entre outros. Cada povo tem seus costumes e crenças, sendo assim nosso país é rico em culturas, em tradições, em Folclore.

E as músicas folclóricas estão inseridas no dia a dia das pessoas, seja ela nas escolas ou nas famílias ou através das festas tradicionais. Na infância com as rodas cantadas, com as parlendas, trava línguas e brincadeiras, o Folclore faz parte em diversos momentos.

Com isto podemos perceber que o Folclore está inserido nas famílias, nas escolas e nas brincadeiras infantis, seja através de músicas ou de outras maneiras, mas o Folclore faz parte da vida de todas as pessoas mesmo que estas, muitas vezes, não percebam a sua inserção.

5.2 EDUCAÇÃO MUSICAL E MÚSICA

Esta categoria caracterizou-se por analisar como os termos Educação Musical e a Música estão inseridos nos PPPs das escolas de Educação Infantil de Osório-RS.

Sobre o termo “Educação Musical”, o mesmo não foi encontrado especificamente desta forma em nenhum dos 11 PPPs, mas já o termo “música”, que é mais amplo, estava presente em nove destes PPPs. Segundo Piaget (1996, p. 34),

A música, além de suas próprias atribuições, sociabiliza e sensibiliza o indivíduo, desenvolve o seu poder de concentração e raciocínio, tão importante em todas as fases de nossas vidas. Auxilia, ainda, na coordenação neuromotora e na parte fonoaudiológica da criança. A criança que escuta bem, fala bem.

A maioria dos PPPs traz os objetivos da BNCC, porém alguns trouxeram a música apenas na rotina escolar, assim como consta no PPP da escola F e da escola J. A BNCC afirma que

A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade. (BRASIL, 2017, p. 196).

A escola K traz a música na banda escolar e traz a importância da música em seu PPP afirmando que

A música possui um papel importante na educação das crianças. Ela contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 13).

A escola K ainda menciona que a música deve ser trabalhada desde o berçário através de instrumentos musicais e do incentivo de produções realizadas pelos próprios discentes de forma artística ou cultural.

No geral, as nove escolas que trazem a música em seu PPP mostram que acreditam que a música deve ser explorada e bem trabalhada na Educação Infantil.

Estimulando os alunos através do lúdico em sala de aula com o intuito de desenvolver habilidades e competências em diversas áreas do conhecimento, devido a isto, Piaget (1996) afirma que,

[...] as atividades como cantar com gestos, dançar, bater palmas, pés são experiências importantes para criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo e aquisição de leitura e escrita (PIAGET, 1996, p. 34)

A escola A traz no seu PPP alguns objetivos relacionados a música levando em consideração a utilização das “diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos” (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p.4). Além disso, busca

[...] explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias; Criar sons com materiais, objetos e instrumentos, músicas, para acompanhar diversos ritmos de música; Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas; Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons. (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p. 4-5).

Sobre a exploração de diferentes fontes sonoras, Brito (2019, p. 69) afirma que “é importante estimular o desenvolvimento de escutas atentas e criativas [...] a escuta (e a análise) das próprias produções musicais; dos sons do entorno, das *paisagens sonoras*; da conversa; da história e, especialmente do silêncio...”

Cinco escolas trazem através dos objetivos específicos na BNCC de como deve ser trabalhada a música na escola nesta etapa de ensino. Entre os objetivos temos: utilizar as diferentes linguagens, criar movimentos com o corpo, brincadeiras, jogos, explorar diferentes fontes sonoras, criar sons com objetos e instrumentos musicais, reconhecer as qualidades do som e demonstrar interesse por apresentações musicais (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022). Estes objetivos se repetem na sua maioria em cinco destes 11 PPPs.

Sobre a criação de movimentos com o corpo, não significa que seja somente a dança, mas também a música criada a partir do corpo, pois é possível produzir sons corporais e fazer “música” desta forma. Sendo assim, Brito (2019) afirma que “a música corporal poderá ser um ótimo recurso para o desenvolvimento do trabalho,

que também poderá ser realizado com a voz, com instrumentos musicais (caso tenham), com objetos, papéis e [...] com um sem número de possibilidades” (BRITO, 2019, p. 71).

A escola E traz a música como uma maneira de favorecer a imersão dos discentes em linguagens diferentes, não trazendo objetivos específicos que pretendem alcançar relacionados a música, porém a música é um tipo de linguagem a ser explorada em sala de aula e segundo Brito (2019):

Há uma infinidade de brincadeiras, danças, cantigas, ritmos e instrumentos do mundo que podem fazer parte do dia a dia da escola se os profissionais ficarem atentos às demandas que surgem das crianças e proporcionarem experiências onde essas músicas se tornem significativas. (BRITO, 2019, p. 173).

A escola I a traz como necessidade ter a música, reforçando também a sua importância, porém mencionam que consideram necessária a busca de parceria tanto com a Secretaria de Educação quanto com a comunidade para então poder oferecer para os alunos a dança, o teatro e a música (CADERNO DE CATEGORIAS, 2022, p.11). De acordo com Brito (2019)

[...] devemos considerar que todos podem aprender: TODOS! E que saber música não quer dizer somente dominar uma técnica instrumental ou ter uma leitura fluente. Fazer música e saber música diz respeito à forma como cada um de nós se relaciona com o fenômeno sonoro, sendo esse sonoro produzido por diferentes fontes: instrumentos musicais, sons corporais, objetos do cotidiano, brinquedos, móveis, sons da natureza, etc. (BRITO, 2019, p. 180).

O processo de musicalização faz parte das vivências sonoras, das brincadeiras cantadas, da criação de instrumentos musicais e de sons com o próprio corpo, os sons que nos rodeiam cotidianamente, chamado de “passeio sonoro” por Brito (2019), devem ser escutados atentamente, pois segundo a autora “não podemos impedir nossas orelhas de ouvirem, não podemos ignorar os sons que nos rodeiam” (BRITO, 2019, p.177). Os sons do canto dos pássaros, das buzinas, dos carros passando na rua, são sons... e para a autora até a “sinfonia dos sapos” “é música porque música é tudo aquilo que escutamos com a intenção de escutar como música” (BRITO, 2019, p. 178).

Com base nos onze PPP pode-se perceber que a cultura e a música fazem parte dos mesmos, sendo a maioria baseados na BNCC, mas também tem umas que

trazem de outras formas, como já mencionados acima, ambos os termos, porém mostrando que são partes integrantes da Educação Infantil.

6 PRODUTOS

No Mestrado Profissional é importante a construção de produtos que possam trazer contribuições à educação. O produto pode ser

[...] alguma nova estratégia de ensino, uma nova metodologia de ensino para determinados conteúdos, um aplicativo, um ambiente virtual, um texto [...] um processo ou produto de natureza educacional e implementá-lo em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino, relatando os resultados dessa experiência (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 4).

Para esta pesquisa foram escolhidos produtos do Mestrado Profissional em Educação: um encontro do curso de formação online “Educação Musical e Docência”, Saraus sobre o Folclore e um *E-book* com compilado de canções e brincadeiras direcionadas, especialmente, a Educação Infantil.

Estes produtos foram escolhidos devido ao interesse da pesquisadora em proporcionar um curso para docentes que trate das temáticas: Educação Musical e transversalidade, pois há uma carência de formação nestas áreas. Os Saraus e o *E-book* com o objetivo principal de trazer sugestões de canções e brincadeiras que possam ser colocadas em prática em sala de aula.

Seguem abaixo os projetos para cada produto.

6.1 PRODUTOS ORGANIZADOS EM CONJUNTO COM OS GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

No decorrer do ano de 2021 foram realizadas diversas atividades de extensão organizadas em conjunto entre os participantes dos grupos de pesquisa da Uergs, algumas delas tendo relação com as temáticas desta pesquisa e por isto fazem parte dos produtos realizados com coparticipação.

Os produtos fazem parte das ações dos grupos de pesquisa da Uergs, Grupo de Pesquisa Educação Musical: Diferentes Tempos e Espaços (Grupem) e Grupo de Pesquisa Arte: Criação, Interdisciplinaridade e Educação (ArtCIEd), coordenados pela Prof^a Dr^a Cristina Rolim Wolffenbüttel.

As ações dos grupos de pesquisa buscam trazer contribuições à educação. Foram realizados encontros semanais com o grupo e o mesmo tem participantes estudantes e profissionais formados em cursos de graduação, especialização,

mestrado, doutorado e pós-doutorado nas áreas da educação e/ou da música. Os encontros foram realizados de forma virtual desde o ano de 2020 devido à pandemia mundial da Covid-19.

Participei destes encontros virtuais e, conseqüentemente, de algumas ações que estão sendo realizadas pelos grupos de pesquisa, por este motivo um dos encontros do curso de Educação Musical e Docência faz parte dos meus produtos, pois o mesmo traz a temática Educação Musical na Educação Infantil, trazendo palestrantes como a Prof^a Dr.^a Teca Alencar de Brito e a Prof.^a M.^a Sandra Rhoden que possuem um amplo conhecimento na área da Educação Musical. Em relação a este encontro eu fui uma das organizadoras do mesmo trazendo sugestões de palestrantes e da apresentação cultural que foi realizada pela Prof^a Esp^a Carolina Rosa que possui formação também na mesma área.

6.1.1 Curso Educação Musical e Docência

Durante o ano de 2021 foi realizado um curso com encontros *on-line* pelo Google Meet com a temática: "Educação Musical na escola e suas transversalidades", sendo o público alvo, docentes e gestores da Educação.

O curso tinha como objetivo geral proporcionar uma formação para professores e gestores da educação sobre as temáticas Educação Musical e suas transversalidades e capacitá-los para atuarem com estas temáticas em sala de aula.

Durante o curso foram oportunizados encontros virtuais para tratar das seguintes temáticas: Educação Musical para bebês, Educação Musical na Educação Infantil, Educação Musical Folclore e Cultura Popular, Educação Musical e Legislação, Educação Musical na BNCC e Interdisciplinaridade e Educação Musical e Políticas Públicas.

Os participantes tiveram acompanhamento na elaboração de projetos e planejamentos que puderam ser implementados em sala de aula, considerando as especificidades das faixas etárias.

A ideia de fazer um curso sobre a Educação Musical e suas transversalidades surgiu a partir dos encontros do Grupo de Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, coordenado pela Professora Dr.^a Cristina Rolim Wolffenbüttel.

O curso foi na modalidade *on-line*, tendo seu primeiro encontro pelo Google Meet e os demais pelo YouTube.

As inscrições foram através de formulários online e a seleção seguiu alguns critérios pré-definidos: professores que estejam atuando em sala de aula e gestores educacionais.

O curso foi dividido em quatro módulos, incluindo diversas atividades, como palestras, planejamento e implementação de projetos pedagógicos, além de um seminário final.

O primeiro módulo foi constituído de palestras com seis encontros virtuais trazendo as seguintes temáticas: Educação Musical para bebês; Educação Musical na Educação Infantil; Educação Musical Folclore e Cultura Popular; Educação Musical e Legislação; Educação Musical na BNCC e Interdisciplinaridade; e Educação Musical e Políticas Públicas. Cada encontro será desenvolvido com convidados que tenham conhecimento teórico e prático sobre os mesmos. O segundo módulo foi a elaboração de um planejamento pedagógico a partir das temáticas tratadas no primeiro módulo. O terceiro módulo foi a implementação dos planejamentos elaborados no segundo módulo. E o quarto módulo será o seminário final e neste serão apresentados os resultados dos planejamentos implementados.

A carga horária foi no total de 60 horas, distribuídas nos quatro módulos e a frequência foi realizada a cada encontro, no qual foi disponibilizado um formulário de presença online. Os participantes terão que ter 75% de frequência para obter o certificado de participação.

Dentro deste curso, no qual participei como uma das organizadoras em um dos encontros existiam algumas temáticas que fazem parte da minha pesquisa do Mestrado Profissional em Educação pela Uergs, entre eles estão: Educação Musical para Bebês, Educação Musical na Educação Infantil e Educação Musical Folclore e Cultura Popular, pois ambas as temáticas se encaixam com a minha pesquisa do Mestrado.

A Educação Musical para Bebês está inclusa no meu produto de Educação Musical na Educação Infantil, pois a Educação Infantil tem início desde que as crianças ainda são bebês, sendo assim é uma temática que tem uma ligação transversal com a outra.

Já a temática da Educação Musical Folclore e Cultura Popular também faz parte dos meus produtos por abranger o Folclore dentro da Educação Musical.

Ambos os encontros aconteceram gradualmente com a presença de autoras de referência nas áreas mencionadas, sendo que traziam a Educação Musical de forma específica de acordo com cada temática.

6.1.2 Saraus

Os Saraus acontecem mensalmente e são organizados pelos integrantes do Programa de Extensão “A Arte de Ler”, sendo que, como participante do grupo, sugeri as seguintes temáticas relacionadas ao Folclore:

- Agosto – Sarau do Folclore;
- Setembro – Sarau Aspectos Culturais do Rio Grande do Sul;
- Outubro – Sarau Relembrando a Infância;
- Dezembro – Tradições Natalinas.

Para cada Sarau foram convidadas algumas pessoas para apresentarem uma música ou uma poesia ou uma brincadeira, de acordo com cada temática, e eu fiquei como organizadora destes para colocá-los como meus produtos de pesquisa, porém sempre com a participação de todos os integrantes do grupo de extensão.

Para o Sarau de agosto, Sarau do Folclore, foram trazidos diversos vídeos sobre o Folclore: danças, músicas, tradições familiares, poemas, lendas, trava-línguas e brincadeiras folclóricas.

Para o Sarau de setembro, Sarau Aspectos Culturais do Rio Grande do Sul, foram trazidos vídeos com lendas, vestimentas, danças e músicas tradicionais do Rio Grande do Sul.

Para o Sarau de outubro, Sarau Relembrando a Infância, com músicas e brincadeiras da infância.

E o Sarau de dezembro, Sarau Tradições Natalinas, com músicas, tradições e poesias.

Ambos os Saraus trouxeram em algum aspecto o Folclore, sendo através de poemas, poesias, músicas, danças, brincadeiras, tradições, enfim com o intuito de relembrar aspectos folclóricos de diversas culturas e de diversas maneiras.

6.2 PRODUTO ORGANIZADO PELA PESQUISADORA: “E-BOOK EDUCAÇÃO MUSICAL E FOLCLORE”

O *E-book* utilizou a temática: “Educação Musical e Folclore na Educação”, pretendeu-se atingir um público alvo de professoras de Educação Infantil e do Ensino Fundamental com o objetivo de proporcionar um *E-book* sobre as temáticas Educação Musical e Folclore com sugestões de canções e brincadeiras que possam ser realizadas em sala de aula.

Além disso, teve o intuito de trazer uma reflexão sobre as experiências das práticas docentes e sobre as metodologias adotadas para o trabalho com a Educação Musical e o Folclore nas escolas e trazer sugestões de músicas e brincadeiras que possam ser implementados em sala de aula com as crianças.

Por considerar a importância de ser trabalhado com a Educação Musical e com o Folclore em sala de aula buscou-se fazer um *E-book* online e gratuito com um compilado de músicas e brincadeiras direcionado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Neste *E-book* foram trazidas detalhadamente sobre como é realizada cada brincadeira e/ou canção, o número de participantes, os materiais a serem utilizados e os objetivos de cada uma. E o *E-book* tem o objetivo de compilar canções e brincadeiras folclóricas com base em minhas práticas docentes, com o intuito de construir um material com ideias de canções e brincadeiras que possam ser colocadas em prática na educação, principalmente, na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve início com o seguinte questionamento: Como a Educação Musical e o Folclore estão inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos da Educação Infantil na Rede Municipal de Osório-RS? e como objetivo: Investigar como estão inseridos a Música e o Folclore nos Projetos Políticos Pedagógicos na Educação Infantil na Rede Municipal de Osório-RS.

Para responder a estas questões selecionei como método de pesquisa, a pesquisa documental, com base na coleta de dados, que foi a coleta de documentos, no caso os PPPs das 11 escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Osório-RS. O método e a técnica escolhidos possibilitaram a análise dos dados primários para em seguida serem analisados com base no referencial teórico.

O referencial teórico abordou de forma sucinta sobre as fases do desenvolvimento humano, o currículo e ensino na Educação Infantil, Educação Musical na infância, formação em Educação Musical para professores unidocentes, conceitos sobre Folclore, músicas folclóricas e Projetos Políticos Pedagógicos. Trazendo como referencial sobre as fases do desenvolvimento humano, Piaget (1978, 1996). Sobre o currículo e ensino na Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular (2017), Forest (2003) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998). A Educação Musical na infância foi fundamentada em Brito (2003, 2007, 2019), enquanto a formação em Educação Musical para professores unidocentes baseou-se nas pesquisas de Figueiredo (2003) e Bellochio (2000). Os conceitos sobre Folclore foram abordados com base na Carta do Folclore Brasileiro (1951, 1995), Lima (2003), Garcia (2000), Inocenti e Orso (2007), Carneiro (1965) e Della Monica (1989). Sobre as músicas folclóricas baseou-se em Wolffenbüttel (2019). E sobre os Projetos Políticos Pedagógicos o referencial que foi utilizado foram de Veiga (1996) e Vasconcellos (2000, 2019).

Com base nestes referenciais teóricos foi possível obter uma resposta relacionada à questão norteadora e ao objetivo, os mesmos foram respondidos nos resultados e análise dos dados desta dissertação, porém afirma-se que tanto a Educação Musical quanto o Folclore estão inseridos nos PPPs, porém nenhum dos 11 PPPs traz especificamente as nomenclaturas pesquisadas, mas estão inseridos dentro do campo de abrangência do Folclore e da Educação Musical, sendo mencionados as seguintes nomenclaturas com bastante frequência: Cultura e Música.

No entanto, muitas pessoas, equivocadamente, utilizam folclore e cultura como sinônimos. Porém, a cultura é algo mais amplo. A cultura, segundo Santos (2006, p. 23): “remete a todos os aspectos de uma realidade social [...] refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo!”.

Já o folclore faz parte da cultura popular que abrange a identidade cultural e social de um povo. Brandão (1984, p. 23) afirma que:

Na cabeça de alguns, folclore é tudo o que o homem do povo faz e reproduz como tradição. Na de outros, é só uma pequena parte das tradições populares. Na cabeça de uns, o domínio do que é folclore é tão grande quanto o do que é cultura. Na de outros, por isso mesmo folclore não existe e é melhor chamar cultura, cultura popular o que alguns chamam folclore. E de fato para algumas pessoas as palavras são sinônimas e podem suceder-se sem problemas em um mesmo parágrafo. (BRANDÃO, 1984. p. 23).

Em minhas práticas docentes percebo que nas escolas é comum de se trabalhar com o Folclore apenas no mês de agosto, normalmente é trabalhado de forma superficial, trazendo a ideia de que trabalhar com o Folclore, é trabalhar apenas com lendas e os personagens das mesmas, porém o Folclore pode ser um conteúdo integrado ao ensino de outras disciplinas escolares, levando em consideração que todos possuem uma bagagem cultural e social e que o Folclore tem um amplo campo de conhecimento e não se limita apenas a lendas e personagens relacionados. Brandão (1984, p. 48) menciona que,

[...] o folclore é vivo. Ele existe *existente*, em processo. No interior da cultura, no meio da vida e dos sonhos de vida das pessoas, grupos e classes que o produzem, o folclore é um momento de cultura e aquilo que não foi *e/e*, há um século e meio atrás, pode estar sendo *e/e* agora.

O Folclore é parte integrante da vida das crianças, das famílias e da comunidade onde vivem. O Folclore é vivo, sofre mudanças constantes, mas é a cultura viva, no qual as crianças vivenciam tanto em casa com as famílias quanto nas escolas.

A Educação Musical também é presente nas práticas docentes da Educação Infantil, sendo através das explorações sonoras do entorno no qual as crianças vivem, assim como a construção de instrumentos musicais ou com o uso da produção sonora pelo próprio corpo, criando e recriando sonoridades frequentemente tanto através de atividades dirigidas em sala de aula quanto pelo estímulo da criatividade das crianças. Segundo Deckert (2012, p. 15),

[...] o objetivo da Educação Musical é levar a criança a construir conhecimento musical, interagir com a linguagem musical, bem como com os elementos que a formam: ritmo, melodia, timbre, dinâmica e forma, por meio de atividades musicais que proporcionem manipulação direta com tais elementos como a apreciação musical, a execução e a criação. Aprender música no sentido de musicalizar significa ampliar a capacidade de expressão e reflexão do uso da linguagem musical. (DECKERT, 2012, p. 15).

Sendo assim, esta pesquisa tem como consideração a relevância das temáticas escolhidas: Educação Musical e o Folclore, pois ambos fazem parte da Educação Infantil, estando presentes nos PPPs e por conseguinte nos planejamentos escolares.

Finaliza-se esta pesquisa com a ideia de dar seguimento à mesma através do método estudo de caso, com professores unidocentes de escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Osório-RS, com o intuito de investigar como estão sendo colocados em prática os planejamentos de acordo com os PPPs, principalmente, relacionados à Educação Musical e ao Folclore. Sendo que uma investigação com professores unidocentes sobre estas temáticas pode contribuir para a construção e reconstrução de planejamentos que incluam efetivamente tanto a Educação Musical quanto o Folclore de forma objetiva e a partir disto podem vir a surgir mais produtos acadêmicos visando à formação unidocente na área da Música e do Folclore.

Acredita-se que os PPPs da Educação Infantil das 11 escolas da Rede Municipal de Osório-RS, são bem completos, trazem bastantes conteúdos e objetivos bem elaborados seguindo a BNCC (2017), porém observei que faltam trazerem mais especificamente a Educação Musical e o Folclore, pois ambos estão inseridos na maioria dos PPPs, mas não estão bem claros descritos nos mesmos. Por isto sugiro que apareçam nos PPPs de forma mais específica sobre a Educação Musical e, principalmente, sobre o Folclore.

REFERÊNCIAS

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. **A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental**: olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor educador. 2000. 423 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2000.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro-; SPANAVELLO, Caroline Silveira. Educação musical nos anos iniciais do ensino fundamental: analisando as práticas educativas de professores unidocentes. **Revista da ABEM**: volume 13, número 12, 2005.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510/2016**. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 09 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/arte>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRITO, Teca Alencar de. **Por uma educação musical do pensamento**: novas estratégias de comunicação. Tese de doutorado PUC. São Paulo: 2007.

BRITO, Teca Alencar de. **Um jogo chamado música**: escuta, experiência, criação, educação. São Paulo: Peirópolis: 2019.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

DECKERT, Marta. **Educação musical: da teoria à prática na sala de aula**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

DELLA MONICA, Laura. **Manual do folclore**. São Paulo: Global, 1989.

FIGUEIREDO, Marcio Xavier Bonorino. Formação de educadoras das escolas de educação infantil: saberes necessários à integração à vida. **Cadernos de Educação**, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1472>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. Diálogo interáreas: o papel da educação musical na atualidade. **Revista da ABEM**: volume 15, número 18, 2007.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. Educação musical: propostas criativas. In: Jordão, Allucci, Molina e Terahata. **Música na escola**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2008. P. 96-100. Disponível em: http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/Marisa_Foterrada.pdf. Acesso em: 06 jul. 2020.

FOREST, Nilza Aparecida; WEISS, Silvio Luiz Indrusiak. Cuidar e Educar: perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil. In: **Revista 3**: agosto/2003 - Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG), 2003, p. 3-7. Disponível em: <http://www.posuniassselvi.com.br/artigos/rev03-07.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GARCIA, Rose Marie Reis. A compreensão do folclore. In: GARCIA, Rose Marie Reis (Org). **Para compreender e aplicar folclore na escola**. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore: Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2000. p. 16-21.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INOCENTI, Paulo; ORSO, Darci. **Folclore Infantil**. O resgate da cultura infantil. São Leopoldo: Oikos, 2007. 32 p.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. **Revista em Pauta**. Porto Alegre: 2000.

LIMA, Rossini Tavares de. **Abecê de folclore**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LINO, Dulcimarta Lemos; DORNELLES, Gabriel do Nascimento. Eu sabo porque sabo: a poética da improvisação na educação musical. **Revista da ABEM**: v. 27, n. 42, 2019.

LOUREIRO, Alcía Maria Almeida. O saber e o fazer musical do professor. **Revista Presença pedagógica**: v. 19, n. 114, 2013.

MAFFIOLETTI, Leda de Albuquerque; SANTANA, Soraia. As atividades musicais das crianças analisadas por professoras de educação infantil: perspectivas metodológicas para a análise narrativa-biográfica. **Revista da ABEM**: v. 25, n. 39, 2017.

MAIER, Cibele Machado. **Caderno de categorias**. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. [não publicado]. 2022. 14 f.

MAKINO, Jéssica Mami. Repertório musical na educação infantil: música para crianças? **Revista da ABEM**: v. 28, 2020.

MANZKE, Sabrina Marques; GONZALES, Beliza; JESUS, Thiago Silva de Amorim. Folclore de margem: um olhar sobre as manifestações populares do Rio Grande do Sul e sua (in)visibilidade. **Revista da Fundarte**: v. 36, n. 36, 2018.

MATEIRO, Teresa; PEDROLLO, Silani. O céu está caindo: música, drama e imaginação. **Revista da ABEM**: v. 26, n. 40, 2018.

MATTOS JUNIOR, Inaldo Mendes de. As contribuições da música para o desenvolvimento intelectual e social da criança. **XII Encontro Regional Nordeste da ABEM**. São Luis, 29 a 31 de outubro de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BÉSSÉ, Vera Lopes (Org). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau, 2008. p. 409-432.

MOREIRA, Marco Antônio; NARDI, Roberto. O mestrado profissional na área de ensino de ciências e matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2009.

MOREIRA, Paloma Bastos; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Investigando sobre música e alfabetização na escola. **Revista da Fundarte**. Montenegro: volume 39, número 39, 2019.

PACHECO, Eduardo Guedes; SILVA, Genáina Lemes da. Os instrumentos de percussão no processo de musicalização infantil: um estudo com crianças de 6 anos.

Revista da Fundarte. Montenegro: Seminário Nacional de Arte e Educação, n. 25, 2016.

PACIEVITCH, Thais. Geografia do Rio Grande do Sul. **InfoEscola:** Navegando e aprendendo.(s. a.) Disponível em: <https://www.infoescola.com/rio-grande-do-sul/geografia-do-rio-grande-do-sul/amp/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

PARIZZI, Maria Betânia. O canto espontâneo da criança de zero a seis anos: dos balbucios às canções transcendentais. **Revista da ABEM.** Porto Alegre: volume 14, número 15, 2006.

PEREIRA, Joana Lopes. Relações com música na educação infantil: cenas de uma Escola Municipal de Educação Infantil em Porto Alegre/RS. **Revista da ABEM:** v. 28, 2020.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho – imagem e representação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. **Revista mais educação.** V. 3, n. 1 (mar. 2020). São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2020.

RAMBO, Zuleica Regina; ALMEIDA, Bruno Felix da Costa; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Educação musical na infância: uma investigação sobre sua importância. **Revista da Fundarte:** v. 36, n. 36, 2018.

REQUIÃO, Luciana. Catástrofe! Interações musicais na educação infantil: experiências com estudantes de pedagogia e livros didáticos. **Revista da ABEM:** v. 26, n. 40, 2018.

RUAS, José Jarbas; VILARINHO, Fabiana de Freitas Angulo. Os efeitos da musicalização para o desenvolvimento musical em bebês de zero a dois anos. **Revistas Opus:** v. 25, n. 3, 2019.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SCHWAN, Ivan Carlos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; AHMAD, Laila Azize Souto. Pedagogia e música: um mapeamento nos anais dos encontros nacionais da associação brasileira de educação musical e nas revistas da abem entre 2008 e 2017. **Revista da ABEM:** v. 26, n. 41, 2018.

SOUZA, Bruna Costa Mariano Ferregueti. Musicalização na educação infantil: um olhar sobre a base nacional comum curricular. **Revista da Fundarte:** volume 40, número 40, 2020.

VALE, Sara Paraguassú Santos do. Um currículo em movimento: a música na formação de pedagogos e na Educação Infantil do DF. **Revista da ABEM:** v. 28, 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 7ª Ed. São Paulo. 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 16. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2019.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** Uma Construção Possível. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1996. 192 p.

VIEIRA, Rejanete. Corpos brincantes: o folclore como estratégia de trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. **Revista da Fundarte:** v. 38, n. 38, 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Educação e folclore: possibilidades de interlocução no âmbito escolar. **Revista da Fundarte:** número 33, 2017.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. **Folclore e música folclórica:** o que os alunos vivenciam e pensam. Curitiba: Appris, 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim; FELICIO, Graziela da Rosa Silva; GREZELI, Estêvão; CHAVES, Fabiane Araújo; PARNOFF, Alex. Folclore musical em família: práticas e concepções de estudantes e seus familiares. **Revista da Fundarte.** Montenegro, p.65-86, ano 20, no 40, janeiro/março de 2019. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index>. Acesso em: 07 de mar. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE A: REVISÃO DE LITERATURA

EDUCAÇÃO MUSICAL				
TERMOS DE PESQUISA: EDUCAÇÃO MUSICAL (EM) MÚSICA NA INFÂNCIA (MI) MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (MEI)				
ISSN	TÍTULO	ESTRATO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES	SIGLA
0003-2573	ANÁLISE SOCIAL	A1	61	EM24 MI37
1809-6298	ARQUITEXTOS (SÃO PAULO)	A2	57	EM20 MI37
1679-3366	CADERNOS DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO (UNIBRASIL)	A2	12	EM5 MI5 MEI2
2238-0361	CADERNOS DE ARTE E ANTROPOLOGIA	A2	12	EM12
1807-3859	CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UFU. IMPRESSO)	A2	2	EM2
1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)	A2	2	EM1
1980-850X	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	A2	292	EM147 MI49 MEI96
2175-6600	DEBATES EM EDUCAÇÃO	A2	1	EM1
1678-4626	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	A1	2.331	EM80 MI1126 MEI1125
0101-465X	EDUCAÇÃO (PORTO ALEGRE)	A2	2	EM2
1678-4634	EDUCAÇÃO E PESQUISA	A1	20	EM20
1519-387X	EDUCAÇÃO UNISINOS	A2	5.059	EM3300 MI1070 MEI689
1984-0411	EDUCAR EM REVISTA	A1	2	EM2
0103-2186	ESTUDOS HISTÓRICOS (RIO DE JANEIRO)	A1	2	EM2

1413-0939	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (SÃO PAULO. 1978)	A2	1	EM1
1517-4530	FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA	A2	5	EM1 MI3 MEI1
1519-3861	HISTÓRIA UNISINOS	A2	2	MEI2
2177-7691	INTERFACES DA EDUCAÇÃO	A1	4	EM1 MI1 MEI2
1676-3939	MÚSICA HODIE	A1	213	EM162 MI22 MEI29
0103-7412	OPUS (PORTO ALEGRE)	A1	167	EM134 MI16 MEI17
2525-5304	ORFEU	A1	42	EM36 MI3 MEI3
1809-290X	OUIROUVER (UBERLÂNDIA. IMPRESSO)	A2	30	EM30
1809-4031	PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)	A1	1.281	EM76 MI602 MEI603
1809-449X	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	A1	2	EM2
1518-2630	REVISTA DA ABEM	A1	48	EM3 MI12 MEI33
1519-6569	REVISTA DA FUNDARTE	A2	74	EM56 MI3 MEI15
2316-9141	REVISTA DE HISTÓRIA	A1	1	MI1
1982-7199	REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)	A2	15	EM8 MI2 MEI5
0104-7043	REVISTA FAE EBA	A2	8	EM7 MEI1
2176-9419	REVISTA FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA (VERSÃO ELETRÔNICA)	A2	5	EM1 MI3 MEI1
2446-8606	REVISTA IBERO- AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	A2	28	EM7 MI10 MEI11

0718-0934	REVISTA SIGNOS	A1	1	EM1
2177-6059	ROTEIRO	A2	10	EM4 MI2 MEI4
1807-8931	TEMÁTICA	A2	2	EM2
2175-1803	TEMPO E ARGUMENTO	A1	7	EM3 MI3 MEI1
QUANTIDA DES TOTAIS:	REVISTAS: 35	A1: 15 A2: 20	9.800	EM: 4.154 MI: 3.006 MEI:2.640
FOLCLORE				
TERMOS DE PESQUISA: FOLCLORE (F) CULTURA POPULAR (CP)				
ISSN	TÍTULO	ESTRATO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES	SIGLA QUANT.
2317-5125	AMAZÔNIA - REVISTA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS (ONLINE)	A2	1	CP1
0101-4714	ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA, CULTURA E MATERIAL (IMPRESSO)	A2	10	F4 CP6
0003-2573	ANÁLISE SOCIAL	A1	26	F26
0104-236X	ANOS 90 (UFRGS. IMPRESSO)	A2	8	F1 CP7
1984-3356	ANTÍTESES (LONDRINA)	A1	13	F2 CP11
2176-9575	ARGUMENTUM (VITÓRIA)	A1	3	CP3
1809-6298	ARQUITEXTOS (SÃO PAULO)	A2	45	F45
1678-5320	ARS (SÃO PAULO)	A1	1	CP1
2358-0437	ART&SENSORIUM	A2	3	CP3
1982-1956	ATELIÊ GEOGRÁFICO (UFG)	A2	6	CP6
2176-4573	BAKHTINIANA: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO	A1	4	CP4

1980-4415	BOLEMA : BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (ONLINE)	A1	32	F7 CP25
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (ONLINE)	A1	2	CP2
2175-7941	CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA	A2	4	CP4
1983-8239	CADERNO CRH (ONLINE)	A1	20	CP20
0103-8427	CADERNO DE GEOGRAFIA (PUCMG. IMPRESSO)	A1	3	F1 CP2
0102-9576	CADERNO DE LETRAS (UFPEL)	A2	3	CP3
1679-3366	CADERNOS DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO (UNIBRASIL)	A2	4	F1 CP3
2238-0361	CADERNOS DE ARTE E ANTROPOLOGIA	A2	91	F7 CP84
1984-7785	CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS	A2	11	CP11
0102-5767	CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP)	A1	1	CP1
1807-3859	CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UFU. IMPRESSO)	A2	1	CP1
2357-8130	CADERNOS DE PESQUISA	A1	3	CP3
1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)	A2	4	F1 CP3
1980-850X	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	A2	1	F1
2316-9125	COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO	A2	20	CP20
2175-6600	DEBATES EM EDUCAÇÃO	A2	2	CP2
1678-4626	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	A1	2	F2
0101-465X	EDUCAÇÃO (PORTO ALEGRE)	A2	3	CP3
0101-9031	EDUCAÇÃO (UFMS)	A2	20	F1 CP19
1678-4634	EDUCAÇÃO E PESQUISA	A1	2	CP2

1982-6621	EDUCAÇÃO EM REVISTA (UFMG - ONLINE)	A1	4	F1 CP3
1676-2592	EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL	A2	4	CP4
1519-387X	EDUCAÇÃO UNISINOS	A2	5	CP5
1984-0411	EDUCAR EM REVISTA	A1	6	F6
2238-3786	EM PAUTA: REVISTA DE FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	A2	1	CP1
1809-4465	ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	A1	5	CP5
0103-801X	ESTUDOS DE RELIGIÃO (IMS)	A2	137	F8 CP129
1984-932X	ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (ONLINE)	A2	1	CP1
0103-2186	ESTUDOS HISTÓRICOS (RIO DE JANEIRO)	A1	1	CP1
1413-0939	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (SÃO PAULO. 1978)	A2	8	F3 CP5
1517-4530	FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA	A2	1	CP1
1981-9021	GEO UERJ (2007)	A2	1	CP1
2179-0892	GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	A2	11	CP11
1980-4369	HISTÓRIA (SÃO PAULO)	A1	5	F3 CP2
1516-7658	HISTÓRIA ORAL (RIO DE JANEIRO)	A2	7	F1 CP6
1414-6312	HISTÓRIA REVISTA	A2	4	CP4
1519-3861	HISTÓRIA UNISINOS	A2	3	CP3
2446-6549	INTERESPAÇO: REVISTA DE GEOGRAFIA E INTERDISCIPLINARIDADE	A2	1	CP1
2177-7691	INTERFACES DA EDUCAÇÃO	A1	3	CP3
1519-3985	LETRAS (UFMS)	A2	6	F3

				CP3
1676-3939	MÚSICA HODIE	A1	100	F28 CP72
0103-7412	OPUS (PORTO ALEGRE)	A1	63	F18 CP46
2525-5304	ORFEU	A1	10	CP10
1809-290X	OUIROUVER (UBERLÂNDIA. IMPRESSO)	A2	7	CP7
0103-9415	PAPIA (BRASÍLIA)	A1	4	CP4
2175-795X	PERSPECTIVA	A2	12	CP12
1661-8157	PRAXIS	A1	1	CP1
2178-2679	PRÁXIS EDUCACIONAL (ONLINE)	A2	4	CP4
1809-4031	PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)	A1	3	CP3
1809-449X	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	A1	1	F1
2236-3904	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA	A2	2	CP2
1944-1951	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	A1	11	CP11
0102-0188	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (IMPRESSO)	A1	5	F2 CP3
2238-0094	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	A1	1	F1
1806-5104	REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS	A2	3	CP3
1678-166X	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	A2	1	CP1
1518-2630	REVISTA DA ABEM	A1	5	F2 CP3
1982-7830	REVISTA DA ANPOLL (ONLINE)	A2	5	F2 CP2
1519-6569	REVISTA DA FUNDARTE	A2	25	F12 CP13

2316-9141	REVISTA DE HISTÓRIA	A1	29	F5 CP24
1981-416X	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	A2	1	CP1
2316-901X	REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS	A1	47	F14 CP33
1984-686X	REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL (ONLINE)	A2	1	CP1
2238-2097	REVISTA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA UFMT	A2	2	F2
1982-7199	REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)	A2	20	F2 CP18
0104-7043	REVISTA FAEEDBA	A2	7	CP7
2176-9419	REVISTA FILOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA (VERSÃO ELETRÔNICA)	A2	2	F1 CP1
2446-8606	REVISTA IBERO- AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	A2	42	F2 CP40
2176-1485	REVISTA LETRAS (UFMS/ON-LINE)	A2	6	F3 CP3
0871-9187	REVISTA PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO	A1	1	CP1
0718-0934	REVISTA SIGNOS	A1	11	F2 CP9
2359-1943	REVISTA TELLUS	A2	13	CP13
0103-9989	REVISTA USP	A1	11	CP11
2317-9937	REVISTA VÓRTEX	A2	12	F1 CP11
2177-6059	ROTEIRO	A2	9	F1 CP8
1807-8931	TEMÁTICA	A2	31	F4 CP27
2175-1803	TEMPO E ARGUMENTO	A1	30	F3 CP27
1517-4689	TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE)	A2	9	CP9
1414-5731	URDIMENTO (UDESC)	A1	15	F1 CP14

QUANTIDADE DES TOTAIS:	REVISTAS: 90	A1: 37 A2: 53	1.125	F: 231 CP: 894
TOTAL DAS DUAS PESQUISAS:				
<ul style="list-style-type: none"> • REVISTAS PESQUISADAS: 90 • REVISTAS COM PUBLICAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL: 35 • REVISTAS COM PUBLICAÇÕES SOBRE FOLCLORE: 90 		TOTAL DE PUBLICAÇÕES: 10.925		EM: 4.154 MI: 3.006 MEI: 2.640 F: 231 CP: 894
OBSERVAÇÕES:				
Pesquisa com base no arquivo Qualis:				
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas consideradas para a pesquisa: Educação em geral (Geografia, História, Sociologia, etc), Música, Artes e Folclore. 				
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas A1 sobre temáticas gerais: 		2.826		
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas A2 sobre temáticas gerais: 		2.639		
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas sobre Educação: 		328		
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas sobre Folclore: 		1 (1516-1781 BOLETIM DA COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE - NP - NÃO PERIÓDICO)		
<ul style="list-style-type: none"> • Revistas sobre Música: 		23		

LEGENDA:**EM** - EDUCAÇÃO MUSICAL.**MI** - MÚSICA NA INFÂNCIA.**MEI** - MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**F** - FOLCLORE.**CP** - CULTURA POPULAR.

ANEXOS

ANEXO A: CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO DE 1951

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO

O I Congresso Brasileiro de Folclore, reunido nesta Capital de 22 a 31 de agosto de 1951, resolveu tornar público, neste documento, os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro, de acordo com as conclusões aprovadas, reservando-se para publicação nos Anais aquelas deliberações de caráter transitório ou de natureza administrativa, não passíveis de sistematização dentro do critério aqui estabelecido.

I

1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.
2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.
3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.
4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore.

II

1. Considerando que, para melhor conhecimento e maior desenvolvimento do Folclore Brasileiro, é necessário intensificarem-se os trabalhos de campo, o I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece a necessidade de ser estabelecido um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, que vise ao levantamento, dentro de bases e princípios científicos, dos motivos folclóricos existentes em todas as regiões do país. Compete à Comissão Nacional de Folclore a organização desse Plano, em cuja elaboração serão ouvidos os órgãos regionais e, se necessário, associações culturais de objetivos afins.
2. Para execução do Plano será ainda elaborado um manual prático de pesquisa, contendo a orientação que deve ser seguida pelos pesquisadores nas respectivas áreas. Aconselha-se,

igualmente, a realização de cursos práticos de preparação de pesquisadores, para o fim de assegurar-lhes conhecimentos fundamentais de método e técnica de trabalho de campo.

3. Os trabalhos de pesquisas devem ser executados por equipes, nas quais se incluem, sempre que possível, técnicos de cinema e de gravação de som, sociólogos, historiadores, geógrafos-cartógrafos, musicólogos, etnógrafos e lingüistas, além dos folcloristas necessários.

4. Competirá às equipes em cada Estado, recolher igualmente o documentário material, através de peças folclóricas, e fotográfico, destinando-se o que for obtido ao Museu Folclórico da respectiva Unidade Federada; as peças mais características de cada região devem ser conseguidas em duplicata, destinada uma das vias ao Museu Folclórico que se organizará na Capital da República com caráter nacional.

5. A Comissão Nacional de Folclore regulamentará os trabalhos de pesquisa e de preparação de pesquisadores, respeitadas as peculiaridades de cada Unidade da Federação.

III

1. Toda pesquisa folclórica deverá ser feita em moldes científicos, obedecendo às normas metodológicas comumente seguidas nas ciências sociais. Para esse fim os pesquisadores além do necessário treino, devem ser instruídos sobre questões metodológicas e, pelo menos, noções de etnografia européia, ameríndia e africana, a fim de que não lhes passem despercebidos aspectos muitas vezes importantes e para que os dados coletados não sejam invalidados por falhas de método e de técnica.

2. Para tornar-se viável um levantamento dos fatos folclóricos brasileiros, observadas as recomendações acima prescritas, deve-se aproveitar o concurso de instituições já existentes e ramificadas por todo o território nacional.

3. Para que sejam obtidos os elementos indispensáveis à realização das pesquisas folclóricas, cumpre que estas pesquisas além de sua finalidade científica, adquiram finalidade prática e útil à região em que se realizem, bem como aos seus habitantes.

IV

1. É reconhecida como fundamental à pesquisa do Folclore Brasileiro, a necessidade do levantamento prévio do calendário folclórico, destinado a fixar as datas em que se celebram, em cada Município, as festas tradicionais de maior repercussão social. Consideram-se como incluídas entre estas festas as de caráter regional (festas de padroeiro, festas de colheita, moagem, marcação de gado, vaquejadas, etc.), as de comemoração geral (festa do ciclo de Natal, de Carnaval, da Semana Santa, de São João, do Divino Espírito Santo, etc.), e as festas especiais,

isto é, comemorações locais, promovidas por grupos étnicos ou sociais com o propósito de determinada celebração.

2. A Comissão Nacional de Folclore organizará o questionário básico ao levantamento do inquérito, cabendo às Comissões Regionais acrescentarem os aspectos específicos referentes a cada Unidade Federada, em particular.

3. Recomenda-se às Comissões Regionais adotem providências para que o calendário e o mapa folclórico de cada Unidade Federada sejam apresentados sob forma tão completa quanto possível, no II Congresso Brasileiro de Folclore.

V

1. A Comissão Nacional de Folclore promoverá, através das Comissões Regionais e com a possível urgência, o levantamento das romarias existentes e reconhecidas nas diversas regiões do país, de modo a estabelecer sua origem, data de realização local e finalidades. Com estes elementos será organizado o mapa e calendário das romarias brasileiras.

2. A Comissão Nacional de Folclore sugerirá ao governo da república, na forma que julgar mais conveniente, a organização de missões assistenciais, com a finalidade de atuar nos locais das romarias. Essas missões deverão ter a colaboração de vários técnicos do governo, incluindo-se particularmente, elementos de ação representativos de: a) grupo sanitário, de profilaxia e educação sanitária; b) grupo de educação rural, ajustados às condições de cada romaria, c) grupo de recreação e divulgação cultural, que proporcione aosromeiros através de filmes, representações teatrais; discos, alto-falantes, etc., oportunidades de recreio e do conhecimento de fatos da vida cultural do país e ainda instruções sobre processos sanitários, higiênicos, educativos, etc.; d) grupo de estudos sociológicos destinado a estudos e pesquisas sociais; e) grupo folclórico, para estudos e pesquisas folclóricas e cuja representação caberá à Comissão Nacional de Folclore.

3. A atuação dos elementos integrantes das missões assistenciais visará precipuamente à assistência sanitária, educacional e cultural às populações participantes das romarias, procurando fixar, em particular, seus objetivos no seguinte: orientar o homem no sentido de sua fixação à terra, evitando a emigração; apresentar programas ou atividades que não entrem em choque com o espírito da romaria ou a mentalidade da população; programar seus trabalhos em horas que não perturbem os atos religiosos; prestigiar as manifestações artísticas autóctones, promovendo exposições de arte popular, festas de música e danças regionais, etc., de maneira a criar, no povo, interesse pela conservação do que lhe é próprio em atividades artísticas; concorrer para a educação e o bom gosto.

4. A organização das missões assistenciais far-se-á com a colaboração dos Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, da Legião Brasileira de Assistência, da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Comissão Nacional de Folclore e ainda de serviços técnicos estaduais ou de outros órgãos assistenciais e culturais. Para esse fim o governo promoverá a organização de uma comissão com representantes dessas entidades, para elaborar e planejar os trabalhos das missões assistenciais.

VI

1. Reconhece o Congresso a conveniência de assegurar-se o mais completo am- paro às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares.

2. Para tanto devem os órgãos da Comissão Nacional de Folclore promover, sempre que possível, com a colaboração dos órgãos competentes da respectiva administração estadual, as pesquisas e estudos convenientes que visem, em particular, ao levantamento regional das artes populares e dos tipos de organização existentes para produção e comércio em comum de artigos artesanais e de trabalho doméstico, ao planejamento das atividades, cursos, programas de aperfeiçoamento, concursos, etc., necessários ao amparo e estímulo ao artesanato.

3. É dirigido um apelo aos Governos Regionais para que, com a cooperação dos órgãos regionais de folclore, promovam o estímulo às organizações de artes populares e de artesanato, assistindo-as no que for imprescindível às atividades artesanais e domésticas lucrativas, sempre preservando sua localização regional.

VII

1. Considera-se o cancionero folclórico infantil fator de educação, tendo em vista que, ao mesmo tempo que desenvolve o gosto pela música e o hábito do canto coletivo, fornece material adequado às aulas e recreação, reforçando ainda o aproveitamento do elemento tradicional. Sua utilização deve visar às necessidades infantis de gregarismo e expansão, e também despertar o espírito de cooperação, de par com o sentido de disciplina.

2. É recomendado às Comissões Regionais que incluam, em seus planos e atividades de pesquisa, o levantamento mais completo possível do material do cancionero folclórico infantil, de modo que oportunamente possa a Comissão Nacional de Folclore fazer a escolha dos motivos entre as cantigas de uso mais generalizado em todo o país, em suas melhores versões musicais e literárias, observando - se, em particular os seguintes requisitos: a) tessitura conveniente; b) boa prosódia musical; c) texto sugestivo.

3. O material que for coletado, dentro deste propósito, deverá trazer indicações referentes: a) ao gênero; b) à movimentação; c) à localidade, região ou zona de onde procede; d) quem recolheu e em que data; e) ao andamento; f) à colocação da letra na música; g) a todos os esclarecimentos suplementares que a execução da cantiga exigir. Com base nas indicações musicais recolhidas, providenciará à Comissão Nacional de Folclore um acompanhamento pianístico de fácil execução e rigorosamente de acordo com o caráter da cantiga.

4. A Comissão Nacional de Folclore promoverá, oportunamente, a publicação, em volume, do material recolhido, destinando-o a ampla divulgação nas escolas pré - primárias e primárias do Brasil.

5. Propõe o Congresso que as canções folclóricas sejam incluídas no programa dessas escolas, em todo o território nacional, e que se encaminhem providências para que esta sugestão se transforme em lei.

VIII

1 . O Congresso protesta contra as alterações e deturpações notórias em temas folclóricos musicais. Neste sentido formula respeitoso apelo às autoridades judiciais do país para que, nas ações de direito autoral, em que se alegue inspiração no folclore, sejam ouvidos peritos de reconhecida competência em assuntos folclóricos.

2. O Congresso considera necessário:

a) a adoção de providências adequadas à defesa e preservação do folclore musical em relação à sua divulgação pelo rádio, organizando-se planos e adotando normas, em cuja elaboração sejam também chamados a colaborar ativamente representantes das principais entidades radiofônicas do país. Sugere-se que, nessas normas, se inclua a obrigatoriedade de terem as estações de rádio, individualmente ou por grupos, consultores especializados em folclore musical, sempre que possível com curso dessa disciplina feito em Conservatórios de Música.

b) seja tomado obrigatório por lei, e com sanções adequadas, a transcrição nas composições que utilizem temas folclóricos, da melodia ou tema original aproveitado e sua procedência, assim como figurem também essas indicações nos programas de concertos ou festivais em que aparecem tais obras.

IX

1. É formulado encarecido apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que se promova, pelos meios julgados mais convenientes aos interesses da administração pública, a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares.

2. Ao órgão a ser criado, nos termos desta sugestão, deve ser dada estrutura de caráter autárquico, com plena autonomia técnica e a autonomia administrativa indispensável à própria natureza de seus encargos.

X

É recomendado ao IBECC que promova, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as providências necessárias no sentido de que a rede de Agências Municipais de Estatísticas possa ser utilizada, da forma mais conveniente aos interesses daquela entidade, na realização dos inquéritos folclóricos que, em âmbito nacional, sejam estabelecidos pela Comissão Nacional de Folclore.

XI

1. É inadiável a necessidade de preservar os produtos da inventiva popular, tanto os de caráter lúdico e religioso como os de caráter ergológico. A guarda desses objetos deve ficar a cargo de instituições apropriadas, e sob a direção de órgãos ligados à pesquisa e ao estudo do folclore devido tanto ao caráter coletivo dessa tarefa como ao longo tempo indispensável à coleta e classificação dos dados para lhes dar interesse didático.

2. Recomenda, pois, o Congresso a criação, no Distrito Federal, do Museu Folclórico Nacional, com uma das suas divisões ou um museu subsidiário dedicado ao folclore e às artes populares da Capital da República e de museus folclóricos por parte das Comissões Regionais, nas Capitais e nos Municípios em que sua criação se revelar exequível, proveitosa e representativa. Caberá à Comissão Nacional de Folclore, através do seu Conselho Diretor, e sob sua responsabilidade direta, a organização do Museu Folclórico Nacional, e às Comissões Regionais através dos seus respectivos Secretários Gerais e dos museus locais.

3. Para a efetivação destas medidas a Comissão Nacional de Folclore pedirá aos governos estaduais que auxiliem, na medida do possível, a criação e organização dos Museus Folclóricos locais, seja assegurando-lhes facilidades de instalação, seja emprestando técnicos de museus, seja subvencionando no todo ou em parte as suas atividades; pedirá ao IBGE a sua colaboração, através dos agentes municipais de estatística, na coleta de material de interesse folclórico e popular; procurará obter, de outros organismos federais, o mesmo tipo de colaboração; pedirá ao Governo Federal, em caráter permanente, as necessárias franquias de transporte, por água, terra e ar, para o material recolhido; e as Comissões Estaduais de Folclore se entenderão com os poderes públicos locais no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializadas, como as chefaturas e delegacias de polícia; pedirão a colaboração de organismos e repartições que possam ajudar na coleta de material; e se dirigirão, no sentido de obter franquias de transporte para esse material, aos governos estaduais e, quando couber, às prefeituras municipais.

XII

1. É conveniente difundir e vulgarizar as diversões e danças dramáticas brasileiras, levando-as, por meio de exhibições teatrais, a camadas da população que a elas habitualmente não têm acesso e, igualmente, a outros pontos do país, fora de sua área de distribuição, contanto que não se altere a sua autenticidade ou se deforme a sua expressão primitiva. Essa difusão e vulgarização, enquanto não se faz através dos grupos diretamente empenhados no folclore, podem ser feitas por meio de artistas especializados em representações populares e folclóricas, aos quais o Ministério da Educação e Saúde, pela portaria nº 240, de 23 de maio de 1949, prometeu apoio oficial.

2. Recomenda o Congresso à Comissão Nacional de Folclore e às Comissões Regionais: o estímulo e, sempre que possível, a criação de grupo de amadores, especializados em teatro popular, que sob a orientação de um folclorista por elas designado e atendendo ao mínimo das exigências teatrais, transponham com fidelidade para o palco as diversões e danças dramáticas de sua respectiva região ou Estado; o apoio moral, científico, artístico e, quando possível, financeiro aos grupos de amadores e profissionais, porventura existentes, que se dediquem a este tipo de vulgarização do folclore nacional,

o estudo das possibilidades de utilização gratuita e periódica de teatros já existentes por parte desses grupos de amadores, entendendo-se para tanto com as autoridades federais, estaduais e municipais competentes; e a coordenação das atividades desse grupo de amadores em plano nacional de maneira a favorecer o seu intercâmbio entre as várias regiões brasileiras.

XIII

1. É ínfima, em comparação com a riqueza e a variedade do folclore nacional, a soma disponível de informações e de estudos folclóricos e em geral esses trabalhos se ressentem de falta de técnica, devido ao seu caráter eventual e fortuito. Toma-se necessário formar peritos em números razoável e com certa continuidade e familiarizá-los com os métodos modernos de observação, pesquisa e análise, a fim de aumentar o rendimento do seu trabalho e enriquecê-lo, sendo conveniente que esse treinamento especial se ministre em nível universitário, devido ao concurso de outras disciplinas afins.

2. A Comissão Nacional de Folclore dirigirá um apelo às autoridades competentes, propondo a criação, nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Folclore, na qual se ensinam, em uma parte geral, os métodos de pesquisa, observação e análise dos fatos folclóricos em todas as suas modalidades, e, em parte especial, às formas e processos do folclore nacional.

3. Nesse apelo proporá, igualmente, a Comissão Nacional de Folclore:

a) que a cadeira de Etnografia e Pesquisa dos Conservatórios de Canto Orfeônicos passe a denominar-se de Folclore Nacional, como na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, e que nenhum aluno seja aprovado nessa disciplina sem a apresentação de uma pesquisa de campo, como também nenhum professor seja admitido para lecioná-la sem a correspondente apresentação de uma ou mais pesquisas de mérito.

b) que seja criada, em todos os Conservatórios oficiais ou oficializados da União, Estado ou Municípios, a cadeira de Folclore Nacional.

c) que se estenda a freqüência às aulas de folclore das escolas de música nacionais a todos os estudantes dos diversos cursos, não se restringindo a sua obrigatoriedade apenas aos alunos das classes de composição, encarecendo-se ainda a necessidade de ter o curso, pela importância do estudo conjunto do folclore para a formação da cultura nacional, a duração de dois anos.

XIV

1. As Comissões Regionais de Folclore deverão organizar, nas faculdades, escolas normais e colégios secundários, centros ou grupos de pesquisas, formados por alunos dos respectivos estabelecimentos, e cujos trabalhos terão assistência técnica e a orientação da respectiva Comissão.

2. Os centros assim organizados terão como finalidade principal a pesquisa de campo, a colheita do material como existe, o registro mecânico dos fatos folclóricos, o estabelecimento de núcleos de documentação (museus, discotecas, arquivos, etc.) e a sua respectiva divulgação, com observações e notas, mas sempre em seu estudo original.

3. Como medida de estímulo às atividades desses centros deverão ser promovidas palestras, conferências, seminários, etc., para o estudo, em conjunto do material recolhido, sempre que se realizar uma pesquisa de campo,

4. As Comissões Regionais procurarão entender-se com as autoridades do ensino, na respectiva região para que sejam favorecidos esses estudos e trabalho, prestigiando moral e materialmente as atividades dos centros de pesquisadores nos estabelecimentos de ensino.

5. É sugerido às sociedades luso-brasileiras a organização de centros de estudos folclóricos, tendo em vista as origens portuguesas fundamentais no tradicionalismo brasileiro, a fim de que, em instituições dessa natureza, se estudem os aspectos científicos das relações entre os dois folclores – o brasileiro e o lusitano.

XV

1. É reconhecida a necessidade de dar-se início à publicação de uma Biblioteca Brasileira de Folclore, em que se editem obras originais sobre folclore brasileiro e se reeditem livros fundamentais, já hoje esgotados. Nessa coleção serão incluídas, igualmente, traduções de obras científicas em que se encontrem estudos ou pesquisas de interesse para o folclore nacional.

2. Para a organização da Biblioteca Brasileira de Folclore, a Comissão Nacional de Folclore entrará em entendimentos com o Ministério da Educação e Saúde, a fim de que se organize uma comissão com representantes daquele Ministério, da Comissão Nacional de Folclore, do IBCEC, da Universidade do Brasil e do Instituto Nacional do Livro, para estabelecer o plano de publicação, distribuição e venda das obras selecionadas e tomar todas as providências necessárias à efetivação da Biblioteca Brasileira de Folclore.

XVI

A Comissão Nacional de Folclore fica incumbida de promover os necessários entendimentos com as autoridades competentes, no sentido da publicação de uma revista brasileira de folclore.

XVII

Reconhece o Congresso a conveniência de promover-se a organização de uma antologia de contos populares, lendas, poesias, enigmas e o que mais se enquadre na moderna orientação psicológica

da adolescência, à qual se destina. Essa antologia deverá ser constituída de volumes que contenham elementos selecionados em cada região do país, sem o aspecto formal de livro texto.

XVIII

No sentido de dar maior valorização aos assuntos do tradicionalismo nacional, sobretudo junto às novas gerações, o Congresso sugere aos editores e responsáveis pelas publicações infantis e juvenis, bem como à imprensa em geral, preferência pelos temas brasileiros, populares e folclóricos nos comentários, histórias e ilustrações dos periódicos.

XIX

A utilização de elementos folclóricos como fonte de desenvolvimento do turismo merece ser estimulada e incentivada, devendo, neste sentido, os órgãos integrantes da Comissão Nacional de Folclore manter-se em entendimento constante com o Conselho Nacional de Turismo a fim de que, num regime de estreita e proveitosa cooperação, possa ser incrementada a aplicação do folclore ao turismo.

XX

1. É sugerida ao IBECC a criação, como setor de trabalho do secretariado da Comissão Nacional de Folclore, de uma seção de intercâmbio cultural com o estrangeiro. Esta seção trabalhará em colaboração com os órgãos regionais daquela Comissão visando aos seguintes propósitos: a) manter relações com entidades folclóricas e folcloristas estrangeiros, para isso organizando um fichário por países e especializações; b) estabelecer a permuta de publicações e material folclórico, que deverá ser feita na conformidade dos interesses locais das Comissões Regionais;

c) publicar, com a periodicidade mais conveniente, um Boletim, em espanhol, francês e inglês, com informações relativas ao folclore brasileiro, inclusive indicação bibliográfica do folclore nacional.

2. Em cada Comissão Regional será designado um de seus membros para incumbir-se do contato com a seção de intercâmbio cultural, facilitando a esta todas as informações de natureza regional destinadas à divulgação no exterior.

3. A Comissão Nacional de Folclore solicitará apoio da UNESCO, do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto Nacional do Livro para obtenção de facilidades necessárias ao desenvolvimento desse intercâmbio, que se fará diretamente ou por intermédio das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações junto a Organismos internacionais.

XXI

1. Considera-se a realização das Semanas de Folclore, comemoração anual do Dia do Folclore, fator de desenvolvimento do estudo do Folclore Brasileiro e de maior aproximação intelectual e pessoal entre os folcloristas nacionais. Fica estabelecido que, nos anos em que se realizar Congresso Brasileiro de Folclore, não haverá Semana de Folclore.

2. É sugerida às Comissões Regionais a inclusão, no programa da Semana do Folclore que estiver a seu cargo, de seminários, mesas redondas e outros meios que permitam o debate entre os folcloristas presentes, de problemas fundamentais ligados ao estudo, técnica e pesquisa do folclore, em particular da região onde se efetuar a reunião. Sugere-se também a realização, na mesma época, de exposições folclóricas dos temas e assuntos regionais, como meio de difusão de aspectos folcloristas em sentido pedagógico e cultural.

XXII

As Comissões Regionais de Folclore promoverão, a exemplo do que já se vem fazendo em alguns Estados, a designação de delegados seus nos Municípios do interior, procurando, igualmente, estabelecer o mais íntimo contato com o professorado primário e secundário das diversas localidades e com Agentes Municipais de Estatística, como elementos valiosos de informações e de cooperação quanto às pesquisas e levantamentos do folclore regional.

XXIII

O Congresso recomenda à Comissão Nacional de Folclore a adoção, pelos meios mais adequados, das medidas que couberem no sentido de: a) promover-se a realização, em cada cinco anos, de Congressos luso-brasileiros de Etnografia e Folclore, alternadamente em Portugal e no Brasil; b) estabelecerem-se as bases para um Congresso Sul-Americano de Folclore.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1951 - Renato Almeida, Presidente - Cecília Meireles, Secretária-Geral.

(Publicado no 1º volume dos Anais do

I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE - 22 a 31.8.51)

ANEXO B: CARTA DO FOLCLORE DE 1995

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO

O VIII Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Salvador, Bahia, de 12 a 16 de dezembro de 1995, procedeu à releitura da Carta do Folclore Brasileiro, aprovada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951.

Esta releitura, ditada pelas transformações da sociedade brasileira e pelo progresso das Ciências Humanas e Sociais, teve a participação ampla de estudiosos de folclore, dos diversos pontos do país, e também teve presente as Recomendações da UNESCO sobre Salvaguarda do Folclore, por ocasião da 25ª Reunião da Conferência Geral, realizada em Paris em 1989 e publicada no Boletim nº 13 da Comissão Nacional de Folclore, janeiro/abril de 1993.

A importância do folclore como parte integrante do legado cultural e da cultura viva, é um meio de aproximação entre os povos e grupos sociais e de afirmação de sua identidade cultural.

Capítulo I - CONCEITO

1. Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos.
2. Os estudos de folclore, como integrantes das Ciências Humanas e Sociais, devem ser realizados de acordo com metodologias próprias dessas Ciências.
3. Sendo parte integrante da cultura nacional, as manifestações do folclore são equiparadas às demais formas de expressão cultural, bem como seus estudos aos demais ramos das Humanidades. Consequentemente, deve ter o mesmo acesso, de pleno direito, aos incentivos públicos e privados concedidos à cultura em geral e às atividades científicas.

Capítulo II - PESQUISA

1. A pesquisa em folclore pede, na atualidade, um reaparelhamento metodológico dos pesquisadores, combinando os procedimentos de investigação e de análise provenientes das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais.
2. A pesquisa folclórica produtiva será aquela que constituir avanço teórico na compreensão do tema e em resultados práticos que beneficiem os agrupamentos estudados, objetivando também a auto-valorização do portador e do seu grupo quanto à relevância de cada expressão, a ser preservada e transmitida às novas gerações.
3. Recomenda-se o desenvolvimento de programas de pesquisas integradas, regionais e nacionais, sobre temas específicos, com metodologias comuns, com o objetivo de proporcionar estudos comparativos.
4. Recomenda-se, como metodologia de pesquisa, atuação participativa, integrando pesquisador e pesquisado em todas as etapas de apreensão, compreensão e devolução dos resultados da pesquisa à comunidade.
5. Recomenda-se a organização de núcleos de pesquisas científicas e multidisciplinares.

Capítulo III - ENSINO E EDUCAÇÃO

Recomenda-se:

1. Desenvolver ação conjunta entre os Ministérios da Cultura e da Educação a fim de que o conteúdo do folclore e da cultura popular seja incluído nos níveis de 1º e 2º graus e como disciplina específica do 3º grau de forma mais ampla, incluindo enfoque teórico e prático através do ensino regular, de oficinas, de observações e de iniciação às pesquisas bibliográficas e de campo.
2. Considerar a cultura trazida do meio familiar e comunitário pelo aluno no planejamento curricular, com vistas a aproximar o aprendizado formal e não formal, em razão da importância de seus valores na formação do indivíduo.
3. Envolver os educadores de diferentes matérias em torno do folclore, considerando-o um amplo campo de ação para os estudos e a prática da multidisciplinaridade.
4. Buscar assessoramento para a ação pedagógica relacionada ao folclore junto a instituições de estudo e pesquisa e/ou especialistas.
5. Manter, ampliar e melhorar a oferta de cursos de Folclore com vistas ao aperfeiçoamento dos especialistas em exercício na área do Folclore e a reciclagem de professores, a fim de que possam recorrer à produção científica mais recente, que veicule uma visão contemporânea do folclore/cultura popular.
6. Intensificar a promoção de cursos de Folclore aplicado à Escola que envolvam, além da temática geral, o aprendizado de técnicas de construção artesanal e arte popular, a prática de grupos vocacionais e instrumentais, com repertório de música folclórica, direcionado a professores de 1º e 2º graus, propiciando-lhes condições para que deles participem.
7. Incluir o ensino de Folclore nos cursos de 2º grau (Habilitação/Magistério), nos cursos de Comunicação, de Artes, de Educação Física, de História, de Geografia, de Turismo, nos Conservatórios e Academias de Artes em geral, Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, de Pedagogia, de Serviço Social.
8. Designar para lecionar a disciplina Folclore os professores com especialização na área ou em outras disciplinas afins com reconhecida experiência.
9. Fomentar a criação de Cursos de Graduação e/ou Pós-Graduação que formem especialistas direcionados à pesquisa da cultura popular.
10. Incorporar o tema folclore aos programas do PET (Programa Especial de Treinamento) e outros programas, tais como Monitoria e Iniciação Científica, a estudantes participantes de pesquisa de folclore.
11. Enfatizar a importância da participação de portadores de folclore nas atividades de ensino/aprendizagem em todos os níveis.
12. Orientar a rede escolar para que as datas relativas ao Folclore e Cultura sejam comemoradas como um conjunto de temáticas que devem constar dos conteúdos das várias disciplinas, pois configuram expressões em diferentes linguagens - a da palavra, a da música, a do corpo - bem como técnicas, cuja prática implica acumulação e transmissão de saberes e conhecimentos hoje sistematizados pelas Ciências. Instruir os professores para que motivem seus alunos, em tais datas, a estudar manifestações do seu próprio universo cultural.
13. Estreitar o contato das Comissões Estaduais de Folclore com diferentes instituições de 1º, 2º e 3º graus, para estabelecer e/ou atualizar programas regulares de cursos sobre pesquisa e ensino de Folclore.
14. Promover a articulação entre pesquisadores e professores no sentido da participação na coleta e organização de coletâneas que reflitam as diversidades culturais regionais, com vistas à sua divulgação, valorização e aproveitamento didático do acervo folclórico.

15. Realizar o levantamento mais completo possível do cancionário folclórico, das danças e dos brinquedos e brincadeiras infantis, considerando-os fatores de educação, de desenvolvimento do gosto pela música/dança e de sociabilidade, valorizando-se o material tradicional com vistas ao seu aproveitamento no processo educativo. As canções devem ser transmitidas em pauta musical com o respectivo texto e as demais indicações necessárias: tessitura conveniente para voz infantil, detalhes da prosódia musical, eventual movimentação.

16. Incentivar a produção de textos e outros recursos em linguagem acessível ao leigo, bem como a produção de textos para deficiente visual e/ou auditivo, recorrendo-se para a sua divulgação a veículos diversos: publicações acadêmicas, revistas de educação, programas de rádio e televisão, programas produzidos pelas televisões educativas e publicações paradidáticas.

17. Realizar seminários, congressos etc. para apresentação e discussão de relatos de experiências pedagógicas e resultados de pesquisas. 18. Reconhecer a diversidade lingüística do Brasil e respeitar, sem discriminação, os falantes procedentes das várias regiões e de todas as camadas sócio-culturais.

Capítulo IV - **DOCUMENTAÇÃO**

1. Reconhece-se a importância da documentação folclórica em todos os seus aspectos, utilizando-se dos meios tecnológicos específicos.

2. Recomenda-se o levantamento do calendário folclórico em âmbito estadual, mediante a articulação com os grupos e órgãos locais.

3. Recomenda-se que a documentação deve ficar sob a guarda de instituições apropriadas, ligadas ao estudo e à pesquisa do folclore, como museus, fundações, universidades e outros centros de documentação.

Capítulo V - **SALVAGUARDA E PROMOÇÃO**

1. Reconhece-se a importância do apoio às manifestações folclóricas. Esse apoio deve-se dar, sobretudo, no sentido de assegurar as condições sociais e naturais aos homens para garantir o florescimento de suas expressões culturais dinâmicas.

2. Recomenda-se que as Comissões Estaduais se articulem com os órgãos locais para realização de pesquisas e outras atividades que visem a promoção e a salvaguarda dos portadores e de grupos folclóricos de qualquer natureza.

3. Reconhece-se a necessidade de fortalecimento dos organismos oficiais, de caráter nacional, estadual e municipal que se destinam à defesa do patrimônio folclórico do Brasil.

Capítulo VI - **DIREITO DO AUTOR**

1. Recomenda-se adotar providências adequadas à defesa do patrimônio musical folclórico, particularmente no caso das melodias de domínio público, dos folhetos de cordel, impedindo a apropriação dos mesmos por terceiros, realizando-se o procedimento de registro em órgãos competentes.

2. Instrumentalizar as Comissões Estaduais para iniciarem o registro do patrimônio musical de suas regiões.

3. Recomendar a indicação da procedência dos temas folclóricos nas composições que contenham esses temas em qualquer de seus aspectos.

4. Zelar pelo direito dos artesãos e artistas populares de livremente estipularem o valor de suas obras e do mesmo modo zelar e respeitar o direito de imagem que lhes deve ser conferido.

Capítulo VII - **EVENTO**

Recomenda-se:

1. Divulgar o calendário nacional de atividades culturais, em particular de eventos ligados à estrutura global das comunidades - considerando aspectos da economia, da ordem política e cultural - informando, além do registro cronológico das festas tradicionais, outros dados referentes à historicidade e estrutura da manifestação, detalhes dos participantes, importância para o contexto etc.
 2. Prestigiar e divulgar as manifestações artísticas representativas das diferentes comunidades.
 3. Respeitar os interesses dos representantes da cultura popular nas decisões relacionadas à dinâmica de suas manifestações, sem atitudes paternalistas nem imposição de modelos alheios ao próprio folclore.
2. Promover Semanas de Folclore.

Capítulo VIII - **TURISMO**

Reconhece-se que a relação folclore e turismo é uma realidade. O turismo pode atuar como divulgador do folclore e como fonte de recursos para o crescimento da economia local, o que pode significar melhoria da qualidade de vida das camadas populares. Esta relação, porém, precisa ser avaliada no sentido de resguardar os agentes da cultura popular das pressões econômicas e políticas.

Capítulo IX - **GRUPOS PARAFOLCLÓRICOS**

1. São assim chamados os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições representadas, se organizam formalmente, e aprendem as danças e os folguedos através do estudo regular, em alguns casos, exclusivamente bibliográfico e de modo não espontâneo.
2. Recomenda-se que tais grupos não concorram em nenhuma circunstância com os grupos populares e que em suas apresentações, seja esclarecido aos espectadores que seus espetáculos constituem recriações e aproveitamento das manifestações folclóricas.
3. Os grupos parafolclóricos constituem uma alternativa para a prática de ensino e para a divulgação das tradições folclóricas, tanto para fins educativos como para atendimento a eventos turísticos e culturais.

Capítulo X - **COMUNICAÇÃO DE MASSA**

Reconhece-se que não se pode mais desconsiderar o papel desempenhado pela comunicação de massa na dinâmica do folclore, tanto pela divulgação descontextualizante, quanto pela influência ideológica de valores que lhe são próprios. Recomenda-se o estudo das interações do folclore com os fatos da cultura de massa e, em especial, com as interferências, aproveitamentos e reelaborações recíprocas.

Capítulo XI - **PUBLICAÇÕES**

1. Reconhece-se a necessidade da edição de obras sobre o folclore brasileiro e traduções de obras científicas em que se encontrem estudos e/ou pesquisas relevantes, além da reedição de livros fundamentais.
2. Reconhece-se a necessidade da divulgação dos estudos sobre as manifestações folclóricas através de todos os meios e recursos disponíveis.

Capítulo XII - **INTERCÂMBIO**

Considera-se de grande importância o intercâmbio entre estudiosos, pesquisadores e instituições afins, objetivando a mais ampla troca de informações, em âmbito nacional e internacional. Para tanto, recomenda-se a realização periódica de encontros, seminários, simpósios e congressos, nacionais e internacionais.

Capítulo XIII - **SUBCOMISSÕES**

Recomenda-se às Comissões Estaduais estimular a criação de comissões municipais de folclore que poderão se assim o quiserem, se vincular à Comissão Estadual.

Capítulo XIV - **HIERARQUIAS**

Recomenda-se atuar junto às autoridades religiosas, políticas, policiais e educacionais no sentido do reconhecimento, prestígio e respeito às várias formas populares de expressão cultural.

Capítulo XV - **RECURSOS FINANCEIROS**

Reconhece-se a necessidade de recursos financeiros para a realização de pesquisas e ações de divulgação e apoio ao campo do folclore. Para isso, sugere-se a sua captação junto às instituições oficiais de financiamento, bem como o desenvolvimento de mecanismos de parceria com a iniciativa privada.

Salvador, Bahia, 16 de dezembro de 1995.